

Degração Audiência Pública do SETOR HABITACIONAL JOQUEI CLUB

Legenda:

(mm:ss): tempo da fala.

(...): trechos ou palavras inaudíveis.

...: pausa.

(?): palavra ou trecho sem compreensão.

Expressão(?) dúvida no entendimento escrito

Senhor Alisson Neves (01:40)

Boa noite. Meu nome é Alisson Neves. Estou superintendente de licenciamento ambiental. Nessa noite nós vamos discutir a audiência pública para tratar do empreendimento parcelamento de solo urbano denominado SETOR HABITACIONAL JOQUEI CLUB. Então, nessa noite aqui a gente se reúne juntamente com representantes dos empreendedores que é a TERRACAP juntamente com os representantes técnicos da consultoria GEO LÓGICA responsável pelos estudos que foram apresentados e representando o Brasília Ambiental nessa noite nós temos a equipe aqui nesse momento representada por...nessa noite aqui então, se reúne para audiência pública do processo de licenciamento ambiental fase de licença prévia do estudo de impacto ambiental e o relatório de impacto ambiental do empreendimento denominado SETOR HABITACIONAL JOQUEI CLUB que é de interesse da TERRACAP e com estudo técnico realizado pela empresa GEO LÓGICA. Então, nessa noite teremos representações dos dois interessados e pelo Brasília Ambiental mediando essa audiência nós teremos a equipe da superintendência do licenciamento ambiental e que nesse momento aqui conta-se comigo Alisson Neves superintendente de licenciamento ambiental e Raquel Queiroz que é coordenadora do grupo da equipe que faz a análise multidisciplinar que faz a análise do estudo que será discutido essa noite. A audiência pública se dividirá em três fases será uma fase de introdução, uma fase de apresentação e uma fase de questionamentos para depois o encerramento. Na fase de introdução nós apresentaremos as regras básicas da audiência pública, as quais já estão publicadas tanto por norma quanto nos editais que convocaram essa audiência pública. Posteriormente a equipe e os empreendedores terão um tempo de até 45 minutos para fazer a apresentação dos estudos ambientais que estão sendo apresentados no âmbito do EIA/RIMA e posteriormente será aberta uma fase de debate, na qual nós receberemos os questionamentos e comentários apresentados por todos que estão assistindo a audiência. A gente vai dar os meios e os caminhos para que essas perguntas e comentários possam ser apresentados e a fase de debate e discussões até ao final se a gente conseguir encerrar a audiência esperando que até lá todos os esclarecimentos, todos os levantamentos que sejam apresentados possam ser superados. Então, essa audiência ela tem início agora às 19H10 e ela tem o encerramento previsto para as 21H55 já incluindo um tempo de intervalo de 15 minutos previstos entre a fase de encerramento da apresentação e a fase de discussão. Lembrando que nós fazemos blocos de discussão muito provavelmente teremos um bloco de discussão e daremos mais um intervalo para que se dê tempo para poder chegar novos questionamentos e a gente assim faz um segundo bloco de discussão e caso e caso necessário abriremos outros blocos de discussão. A ideia aqui é que nós consigamos atender a todos os questionamentos e pedidos de esclarecimentos, comentários que assim a população deseje fazer. Essa audiência pública virtual ela tem um embasamento na Instrução Normativa número 27 de agosto de 2020 e na Resolução CONAMA 494 de 11 de agosto de 2020. São resoluções e são normas que elas estabelecem o rito de audiência pública remota, no formato que nós estamos fazendo. Formato esse que foi iniciado no momento da pandemia e do distanciamento social se fazia mais necessário. Então, nós tivemos que ter um mecanismo para que pudéssemos alcançar e continuar com os processos de licenciamento ambiental que assim exigisse a necessidade de audiência pública. Portanto, por motivos que aqui serão apresentados entendemos que esse formato ele é um formato mais acessível, democrático e ele permite uma discussão por mais tempo do que uma reunião exclusiva e específica em um local como anteriormente acontecia. E dessa forma o Brasília Ambiental manteve esse formato apesar de graças à Deus nós estarmos enfrentando outro momento da pandemia ainda que se deve-se resguardar cuidados, portanto, é um momento de maior controle da pandemia. Deve-se explicar ainda algumas coisas as questões em torno disso para poder justificar também esse modelo no qual é apresentado. Apesar de ser um modelo virtual também resguarda a necessidade de haver um espaço físico para que a população que por ventura não tenha acesso à internet ela possa se deslocar para esse local assim como acontecia com a reunião física para que ela também possa ter todo acesso e direito de participar desse momento. O processo aqui em comento é o processo 39100012569/2017-81. O empreendimento é o SETOR HABITACIONAL JOQUEI CLUB localizado na Região Administrativa de Vicente Pires. Nesse momento tipo de licenciamento ambiental discutido é a licença prévia e nós vamos falar um pouco do rito de licenciamento. A atividade é o parcelamento de solo urbano e o interessado é a Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal, a TERRACAP. A empresa responsável pelo estudo ambiental é a GEO LÓGICA Consultoria Ambiental. Esse edital e a convocação todas foram publicadas no Diário Oficial e em toda mídia necessária em

atenção ao Artigo Quinto da Lei 5081 de março de 2013. E todos os estudos assim como toda convocação também foram publicados no site do Brasília Ambiental por conta das obrigações previstas na Instrução Normativa 27 de agosto de 2020. Objetivo da audiência pública ela é aberta para qualquer interessado. Então, toda a população ela tem direito de participar nos momentos que a gente irá colocar aqui. Momentos esses que eles não se resumem no momento dessa audiência pública, ou seja, as pessoas que tiverem acesso que acessaram a gravação que ficará disponível no canal oficial do Brasília Ambiental no YouTube. As pessoas que assim tiverem acesso a esse conteúdo podem participar dessa audiência pública não só hoje, mas nos próximos 10 dias a gente aqui vai colocar os mecanismos para que a população possa participar. O objetivo, portanto, é a apresentação da discussão do impacto ambiental e relatório de impacto ambiental referente ao processo de licenciamento ambiental em epígrafe, bem como, colher sugestões e contribuições da população para aprimoramento do processo conforme a Resolução CONAMA 09 de 86 e a Lei 5081 de 2013. O trâmite do processo de licenciamento ambiental como falei pouco antes nesse momento a audiência pública ela visa subsidiar o processo de licença prévia. Então esse empreendimento é um empreendimento enquadrado em um rito trifásico de licenciamento ambiental. Rito esse que reúne as fases de licença prévia, licença de instalação e licença de operação. A licença prévia é a primeira licença conforme Resolução CONAMA 237 é a licenciamento ambiental que aprova a concepção dos projetos assim como reconhece a viabilidade ambiental do empreendimento. Portanto, todo estudo que aqui está sendo apresentado e discutido, analisado pela comissão multidisciplinar ele visa reconhecer a viabilidade ambiental do empreendimento assim como a concepção dos projetos. Após essa primeira análise que concluirá com o parecer técnico do Brasília Ambiental através da comissão multidisciplinar que está analisando, comissão multidisciplinar essa estabelecida ante regramento da Lei 4189 de 1989 por se tratar de empreendimento considerado insignificativo impacto ambiental que esse parecer técnico antes de emissão de qualquer licença ele será apreciado pelo Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal, o CONAM, conforme Artigo 291 da Lei Orgânica do Distrito Federal, o conselho de Meio Ambiente, o CONAM, ele precisará apreciar para reconhecer também a viabilidade ambiental do empreendimento. Apenas após a manifestação do Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal o processo retorna ao Brasília Ambiental para procedimentos finais e para o parecer técnico que emitirá, caso aprovado, a licença prévia. Após a emissão da licença prévia nenhuma obra pode começar. A licença prévia orientará a elaboração dos projetos de infraestrutura, dos programas de monitoramento, plano de recuperação de áreas degradadas, problema de educação ambiental e outros que vem no contexto dessa licença iniciada. Após a apresentação dos planos, programas e projetos baseados nessa licença prévia ingressa-se com o processo de licença de instalação que após analisado, caso aprovado, é emitida uma licença de instalação. Licença essa que subsidia o início de qualquer interferência, qualquer obra ela só acontece depois da licença de instalação. Após a conclusão eventual das obras entra-se com processo de operação para da mesma forma, forma sequencial, possa se aí o empreendimento poder operar. É importante colocar que essa é uma licença ambiental, ou seja, a gente só está tratando de uma parte desse contexto. Existem também outros licenciamentos acontecendo. Existe também todo outro contexto do poder público precisa se manifestar nas suas diferentes áreas para que um empreendimento desses possa acontecer. Por exemplo, licenciamento urbanístico. Então, terão questões a serem discutidas que elas são inerentes do licenciamento urbanístico, questões que são do licenciamento ambiental. Então, já esclarecendo questões em torno de trânsito, questões em torno de projeto urbanístico, lotes, quantas pessoas, questões em torno fundiário. Todos esses assuntos a pesar de ele permear o projeto eles não são necessariamente temas a serem discutidos no licenciamento ambiental. Eles são temas de licenciamento urbanístico e temas de questões fundiárias que são tratadas pelo empreendimento, pelos empreendedores junto a Secretaria de Habitação. Entretanto, com respeito a participação de todos que aqui está e quiserem participar nós tentaremos trazer os questionamentos ainda que eles sejam apresentados em torno de questões que não sejam ambientais iremos apresentar tanto a empresa que é responsável como também a TERRACAP para que eles possam apresentar as argumentações e os esclarecimentos possíveis apesar de não serem temas debatidos dentro do contexto de uma licenciamento ambiental. Então, a ideia é que agente consiga logicamente atender com prioridade as questões que são inerentes ao debate ambiental, entretanto, outros assuntos que por ventura serão apresentados, com respeito à população que está participando serão levadas aos responsáveis para que assim possam apresentar esclarecimento. E caso esses esclarecimentos não sejam possíveis nesse momento logicamente que tanto a empresa responsável, quanto a TERRACAP poderão está coletando as informações e os dados das pessoas para poderem posteriormente fazer os esclarecimentos devidos. E por fim, com relação à questão do trâmite do licenciamento ambiental gostaria de reforçar que o processo de licenciamento ambiental ele é um processo público, portanto, todo e qualquer cidadão que deseje fazer acesso a esse processo ele tem todo direito de ter acesso a esse processo. Aqueles que possam deseja fazer esse acesso eu oriento para que vá através da Ouvidoria. Os canais da Ouvidoria do Distrito Federal é pela central de atendimento do cliente aqui no Brasília Ambiental solicitar acesso ao processo, seja a cópia, seja com atendimento, seja um esclarecimento a equipe da superintendência de licenciamento ambiental do Brasília Ambiental fica à disposição para receber a população em qualquer situação seja individual, seja em grupo para que gente possa apresentar os esclarecimentos necessários referentes ao processo de licenciamento ambiental. É importante colocar também que essa audiência ela é uma audiência para colher informações, trazer debates, esclarecimentos. Ela não é uma audiência que é deliberativa tão pouco decisória. Ela é fase do processo de análise no requerimento de licenciamento ambiental, mas ela não tem caráter decisório tão pouco deliberativo. A transmissão da audiência pública ela acontece pelo canal oficial do Brasília

Ambiental na internet no site do YouTube. Entretanto aquelas pessoas que por ventura tem algum tipo de restrição ou dificuldade de acesso por falta de internet ou por falta de conhecimento para acessar mecanismos de tecnologia existe nesse momento aberto um ponto fixo, vou falar o endereço, em que esse ponto, esse endereço, inclusive, já foi divulgado nos editais de publicação dessa audiência pública. Então as pessoas podem se dirigir nesse exato momento para o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal, o SINDUSCON, localizado no lote 1.125, no SIA trecho 2 e 3, segunda andar, no Guará na cidade de Brasília. Por tanto, as pessoas que por ventura desejem acompanhar essa audiência pública de formato físico no local por preferência ou por ter dificuldade de acesso à internet esse endereço ele já foi divulgado em todas as publicações da audiência pública favor se dirigir ao Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal, SINDUSCON, localizado no lote 1.125, no SIA trecho 2 e 3, segundo andar no Guará. Todos têm direito a acesso ao espaço. Não só assistir a audiência pública como também apresentar seus questionamentos, apresentar suas dúvidas, ter espaço para poder falar. Então, todo direito a todo cidadão tanto como participação remota seja na sua residência através dos canais como também nesse espaço físico o direito de participação ele é igual e garantido a todo e a qualquer cidadão que assim deseje participar. Bem, eu vou passar aqui as formas de participação, os números de telefone, os e-mails que a gente vai recepcionar os questionamentos e as contribuições da população assim interessada. Lembrando também que todos esses dados eles também já foram previamente divulgados nos editais de divulgação dessa audiência. Através do telefone (61) 99248 9698 é possível fazer questionamento através de o aplicativo WhatsApp apresentar sua colaboração e questionamento via texto ou via áudio. Então, repetindo através do telefone número (61) 99248 9698 é possível participar em formato de texto e áudio através do aplicativo WhatsApp. É possível também encaminhar um e-mail para licenciamento.ibram@gmail.com, licenciamento.ibram@gmail.com para que apresentem também os seus questionamentos, participação, dúvidas e solicitação de esclarecimentos. Nós temos no site do Brasília Ambiental para facilitar um formulário. Quem quiser também já previamente no site do Brasília Ambiental acessar um formulário padrão para poder encaminhar as suas dúvidas, esclarecimentos também fiquem à vontade. No WhatsApp e no e-mail podem ser encaminhados também documentos em anexo que será anexado a ata desta audiência. O chat do YouTube. Aquele bate-papo que fica ao lado da tela do YouTube também é um canal válido para encaminhamento de contribuição. Então, fiquem à vontade para utilizar esse mecanismo. Nós temos uma equipe aqui acompanhando para poder trazer e garantir a participação de todos. Qualquer pessoa poderá se manifestar em uma audiência pública exclusivamente online ou através dos canais que aqui foram apresentados ou através do ponto fixo que a gente passou o endereço aqui vai ter a garantia para que a participação seja online. É importante que a participação ela venha acompanhado da identificação da pessoa e também se ela faz parte ou é representante de alguma instituição ou de alguma associação ou alguma ordem de classe. É importante que tenha o nome completo da pessoa que for apresentado e logicamente da instituição caso participe de alguma instituição. Caso ele queira participar como pessoa física também tem todo direito de participar igualmente. As mensagens que não contenham identificação elas não serão consideradas na audiência pública, ou seja, não é possível ter participação anônima. As manifestações devem ser realizadas de forma objetiva para um melhor aproveitamento e estritamente vinculadas ao tema da audiência pública contando com os impactos e aspectos ambientais. Novamente como eu coloquei as questões que serão tratadas aqui serão tratadas no caráter ambiental inerente ao processo de licenciamento ambiental. Sabemos que existem outros assuntos envoltos a esse projeto. Então, de ordem fundiária, quanto de ordem urbanística as contribuições nesse sentido serão respeitadas passadas para os representantes, entretanto, a audiência é de licenciamento ambiental e o prisma principal é o licenciamento ambiental. Caso esses outros assuntos tenham possibilidade de ser respondidos aqui hoje nós iremos garantir o espaço, entretanto, caso contrário o interessado ou a empresa responsável ou o próprio IBRAM que seja arguido por outros assuntos poderá apresentar os esclarecimentos em outro momento que não da audiência pública caso não esteja neste contexto da audiência. As contribuições elas deve ser apresentadas preferencialmente por texto, entretanto, é possível ser apresentada por áudio que terá a garantia também da participação. As mensagens devem ser preferencialmente no início da audiência pública ou no decorrer da apresentação do projeto. Entretanto, como já explicado aqui também nós faremos um primeiro bloco com os questionamentos e caso necessário daremos mais um intervalo para abertura de recebimentos novos questionamentos para dar continuidade a essa audiência. É importante colocar que o nosso desejo é finalizar essa audiência pública de hoje atendendo a todos que assim desejem participar desse momento. A ordem das manifestações será de acordo com a ordem de chegada, portanto, as manifestações que cheguem primeiro elas serão apresentadas primeiro a mesa. As manifestações poderão ser feitas por escrito ou por áudio como já foi colocado. E sendo por áudio ser for uma participação de pessoa física o áudio poderá ter até três minutos, assim como, se for um representante de uma instituição esse áudio poderá ter até cinco minutos. As mensagens válidas, portanto, que sejam inerentes ao tema, que elas tenham identificação conforme o regimento aqui apresentado elas serão encaminhadas à mesa e direcionadas ou ao próprio Brasília Ambiental ou a empresa responsável ou a TERRACAP para que possa fazer os esclarecimentos. Se não houver tempo hábil para responder todos os questionamentos esses serão respondidos posteriormente e incluídos na ata completa da audiência pública. Uma questão muito importante independente da participação ou não dessa transmissão que está sendo transmitido ao vivo no dia hoje, 11 de outubro de 2022, o conteúdo ele vai ficar disponível no canal oficial do Brasília Ambiental e nos próximos 10 dias a população poderá continuar participando da audiência pública por tanto aqueles que não conseguiram ter acesso hoje, aqueles que por algum compromisso ou outra situação

não acessarem a audiência pública hoje eles podem está assistindo a audiência pública nos próximos 10 dias esse vídeo na íntegra vai está disponível no canal oficial do Brasília Ambiental no YouTube e eles poderão utilizar dos mesmos meios de comunicação aqui apresentados para poder trazer seus questionamentos solicitamos que dê preferência para os e-mails para que a gente consiga ter uma melhor (?). Todo material do estudo aqui será apresentado, assim como também, as regras que aqui estão sendo colocadas tudo isso já foi previamente publicada e está disponível no site do Brasília Ambiental. Audiência pública aqui terá a duração máxima de até duas horas, sendo possível o encerramento antecipado caso a gente conclua todo o procedimento antes, assim como também, poderá ter uma dilatação de tempo de mais 30 minutos para que a gente consiga tentar receptionar todas as participações. Então, como a gente colocou a audiência tem quatro blocos. Primeiro bloco é esse que está acontecendo agora que é a abertura e a introdução. Após esse bloco a palavra será passada para a empresa GEO LÓGICA e também a TERRACAP para que possa fazer a apresentação no tempo de 30 minutos podendo ser prorrogados por mais 125 minutos, ou seja, no máximo 45 minutos para que a apresentação do projeto dos estudos e projeto possa ser apresentada. Depois disso teremos um intervalo de 15 minutos e depois do intervalo de 15 minutos iremos iniciar a mesa de debates com a participação da população interessada através dos meios aqui colocados. E por final esperando após os esclarecimentos de todas as colaborações nós possamos fazer o encerramento da reunião. Importante colocar também que essa audiência pública além da participação do Brasília Ambiental as representações da TERRACAP e também da GEO LÓGICA que é a empresa responsável. Pelo Brasília Ambiental estão aqui eu, Alisson Neves, Raquel Queiroz. Pela empresa GEO LÓGICA a responsável pela elaboração do estudo temos aqui o biólogo e o coordenador técnico Abel Soares, Wellington Viana, engenheiro ambiental e diretor do estudo, o professor Jandson Queiróz, arquiteto urbanista responsável, o engenheiro Lúcio Rodrigues. Pela TERRACAP temos aqui o representante legal do empreendimento Albatênio Júnior está participando virtualmente. A senhora Bianca Pereira também está participando e o senhor Paulo César Costa. Então, nesse momento dando sequência, encerrando o primeiro bloco nós passamos a palavra para o senhor Abel Eustáquio Soares, que é biólogo e coordenador técnico que fará a apresentação do estudo, apresentação do projeto para a população interessada. Então, a gente fica à disposição. Passo a palavra para o Abel. Desejo uma boa apresentação e uma boa audiência a todos que nos acompanha.

Senhor Abel Soares (30:40)

Boa noite a todos. Meu nome é Abel Soares. Sou biólogo com mestrado e doutorado na área de meio ambiente e sou coordenador técnico de impacto ambiental que foi elabora para o SETOR HABITACIONAL JOQUEI CLUBE objeto da presente audiência pública. Primeiramente eu gostaria de agradecer a presença de todos participantes que estão presentes lá no SINDUSCON que é o local de transmissão ao vivo da audiência e aqueles que estão presente também via canal do YouTube tendo em vista que a participação popular é extremamente importante para o sucesso da audiência pública que aqui será apresentada. Bom iniciando nossa apresentação do estudo o empreendimento trata-se do SETOR HABITACIONAL JÓQUEI CLUBE. Uma área total de 252 hectares e área parcelada de aproximadamente de 214 hectares. A população estimada é de 51.981 habitantes. Mais a diante nós vamos ter oportunidade de discutir essas questões mais profundamente por hora o empreendedor é a Companhia Imobiliária do Distrito Federal, a TERRACAP. Quanto à localização do empreendimento está localizada na Região Administrativa de Vicente Pires, antiga área ocupada pelo Jóquei Clube de Brasília. São terras públicas pertencentes à TERRACAP e está localizado entre duas principais vias de circulação do Distrito Federal a Via Estrutural ao norte e a Via EPTG ao sul da gleba. Nessa projeção nós conseguimos observar as principais localidades estão inseridas nas proximidades do empreendimento. Ao norte nós temos a Cidade Estrutural. À esquerda nós temos a EPVL uma via que liga a Estrutural a EPTG. Nós temos também a Região Administrativa de Vicente Pires. A EPTG ao sul. A Região Administrativa do Guará. O Setor de Cargas que é o STRC e mais a direita o SIA. O empreendimento está localizado entre essas localidades. Em relação ao Plano Diretor de Ordenamento Territorial, PDOT do Distrito Federal, a gleba do futuro parcelamento está localizada na unidade de planejamento territorial central adjacente 2 e na zona urbano consolidada azul. O principal objetivo da zona urbana consolidada é desenvolver as potencialidades dos núcleos urbanos incrementando a dinâmica interna e melhorando sua integração com as áreas vizinhas respeitando as seguintes diretrizes, promover o uso diversificado de forma a otimizar o transporte público e a oferta de empregos. Em relação ao zoneamento ZEE a gleba do empreendimento está localizada na zona ecológica econômica de dinamização produtiva com equidade. Principal objetivo dessa zona é o de promover geração de emprego e renda consoante à vocação dessa zona. Em relação a subzona do ZEE o empreendimento está localizado na subzona de dinamização produtiva de equidade 3, cujo principal objetivo é conferir prioridade máxima o monitoramento ao controle e a fiscalização com vistas ao combate aos parcelamentos irregulares do solo. Bom, com relação as áreas protegidas e restrições ambientais que poderiam ser observadas na gleba objeto do presente licenciamento ambiental não existem áreas de preservação permanente ou APPs dentro da gleba do empreendimento. Tão pouco faixas classificadas como não edificantes oriundas de canais naturais de escoamento superficial. Portanto, não existem restrições ambientais tais como APPs, declividade acima de 30 por cento, unidade de conservação ou restrição de zoneamento. A APP mais próxima que nós observamos na área do Jóquei Clube está localizada a mais ou menos 450 metros da poligonal da gleba, portanto, dentro da gleba objeto do estudo nós não observamos nenhuma restrição ambiental. Falando um pouquinho mais sobre o licenciamento ambiental e do estudo que foi realizado, dentro do arcabouço legal brasileiro

nós temos diversos tipos de estudos ambientais que podem ser realizados a depender da complexidade e do tamanho do empreendimento. Para o empreendimento objeto da presente audiência pública que é o SETOR HABITACIONAL JÓQUEI CLUBE foi realizado, foi elaborado um EIA/RIMA que é o estudo ambiental de maior complexidade dentro dos estudos ambientais previstos na legislação ambiental brasileira. O EIA/RIMA apresentado ao Brasília Ambiental, ao IBRAM, ele é composto de informações gerais do empreendimento, a caracterização do empreendimento, a definição das áreas de influência, o diagnóstico ambiental, a análises dos impactos ambientais, as medidas mitigadora e, por último, os programas de monitoramento ambiental que serão executados nas fases futuras. Por tanto o estudo ambiental que está sendo discutido e analisado pelo IBRAM é composto de todos esses elementos e vocês podem conferir no site do Brasília Ambiental entrando no link que dá acesso ao documento da audiência e lá vocês podem acessar o estudo ambiental e todos os seus volumes. Bom, falando brevemente das fases do licenciamento ambiental é importante para que a gente possa entender em que fase esse licenciamento se encontra. Nós estamos apenas na primeira fase do licenciamento ambiental que é fase conhecida como licença prévia. Essa fase ela aprova a localização e a concepção do empreendimento ou da atividade. Portanto, nessa primeira fase nós não temos autorização para começar a instalação, tão pouco, a operação do empreendimento. Nós estamos exatamente na fase de licença prévia que é a primeira fase do licenciamento ambiental trifásico ao qual o empreendimento está sendo submetido. Falando um pouquinho do diagnóstico ambiental que foi realizado. O diagnóstico ambiental nada mais é do que um retrato de uma situação ambiental atual da região. O diagnóstico ambiental da área é uma das atividades técnicas a serem desenvolvidas no estudo. Ela deve incluir a completa descrição e análise dos recursos ambientais e suas interações de modo a caracterizar a situação ambiental da área antes da implantação do projeto e considerando o meio físico, biótico e o socioeconômico. Em suma é o retrato da situação ambiental do meio físico, do meio biótico e do meio socioeconômico da gleba onde se pretende instalar esse futuro setor habitacional. O primeiro passo para que a gente consiga desenvolver um diagnóstico ambiental de qualidade é definir as áreas de influência que nada mais são que o nosso campo de estudo nessas áreas onde nós iremos focar esses estudos ambientais. Para esse estudo nós definimos três áreas de influência, sendo elas a área de influência indireta, a AII, a área de influência direta, a AID e a área diretamente afetada que é ADA. A área diretamente afeta ela corresponde as áreas edificáveis e não edificáveis onde será desenvolvido o projeto de urbanismo delimitado pela poligonal da gleba. A área de influência direta a AID, nós separamos duas diferentes AIDs a para o meio físico e biótico e para o meio socioeconômico. AID do meio físico e biótico construíse um conjunto de áreas por suas características são potencialmente aptas a sofrerem impactos diretos da implantação e operação o empreendimento, sendo definida como toda a poligonal do empreendimento. Para o meio socioeconômico nós definimos AID como as regiões administrativas que poderão sofrer os impactos sociais diretos com a implantação e a operação do empreendimento. Dessa forma nós consideramos como área de influência direta do empreendimento as regiões administrativas do Guará, Vicente Pires, SIA, Cidade Estrutural e SCIA. Por fim, a área de influência indireta, AII, desculpe o erro que está aqui não é AID é AII. Para esse estudo nós consideramos como AII do meio físico e biótico a microbacia do Córrego Vicente Pires e para o meio socioeconômico nós consideramos as regiões administrativas de Águas Claras e do Parque Way. Bom falando um pouquinho mais do diagnóstico ambiental que foi desenvolvido n os vamos começar pelo diagnóstico do meio físico. Antes de adentrar no diagnóstico gostaria de informar a todos os participantes da audiência que os estudos completos podem ser adquiridos diretamente no site do Brasília Ambiental. Aqui na audiência devido ao tempo curto que nós temos para apresentar o estudo altamente complexo como é o EIA/RIMA que foi realizado eu vou colocar os principais pontos do meio físico, do meio biótico e do meio socioeconômico, porem, aos interessados podem obter os estudos no site do Brasília Ambiental e lá conferir todos os elementos, todos os componentes que fazem parte do estudo ambiental. Bem o diagnóstico do meio físico contempla as características físicas do meio ambiente onde será implantado o empreendimento. Compreender as informações sobre a geologia que nada mais é do que o conhecimento do substrato rochoso. A geomorfologia da região que são as formas de relevo e a dinâmica do relevo. A suscetibilidade erosiva da gleba onde será implantado o empreendimento. A pedologia que é o estudo de solos ocorrentes na região. É também possível conferir os estudos sobre o clima tais como pluviometria, temperatura, umidade, a hidrogeologia. Nós também estudamos e fizemos os estágios de infiltração e estudamos a qualidade da água do recurso hídrico que está localizado nas proximidades da poligonal. E por último estudamos a qualidade do presente na região. Falando um pouquinho mais dos tipos de solo presentes na região toda a gleba do empreendimento ela apresenta o mesmo tipo de solo. Então, o latossolo vermelho e o latossolo verde/amarelo. São solos que se caracterizam pela sua alta profundidade e permeabilidade. Portanto, toda a gleba do empreendimento apresenta esse mesmo tipo de solo. Em relação à suscetibilidade a erosão grande parte da área está localizada em áreas que foram classificadas como moderadas a suscetibilidade a erosão com apenas pequenos trechos em áreas classificadas como alto potencial erosivo, sendo essas áreas com trechos de solos exposto devido ao atual uso antrópico do solo que é observado na região do parcelamento. Nós também estudamos a declividade da região e a áreas apresenta valores predominantes entre zero e oito por cento da maior parte do terreno, ou seja, foi observada a ausência declivosas que pudessem impedir o desenvolvimento do projeto de urbanismo. Nós também estudamos e analisamos a qualidade da água do Córrego Vicente Pires em dois períodos distintos na seca e na chuva para que a gente pudesse comparar os parâmetros analisados em momentos distintos. Nós estudamos e analisamos 20 parâmetros dentre esse 20 parâmetros apenas dois parâmetros apresentaram inconformidades em relação à Resolução CONAMA 357. Foram eles coliformes termotolerantes e o nitrogênio total que apresentaram ali

leves inconformidades à resolução CONAMA. Nós também analisamos o índice de qualidade da água classificou a água analisadas nesses pontos como água de boa qualidade. Em relação ao diagnóstico do meio biótico que nada mais que o meio de todos os seres vivos locais abrangendo a fauna e a flora. Nós estudamos as características da flora, o tipo de vegetação presente na região e também à fauna que porventura venha a habitar aquela região. O estudo da flora ele foi realizado por meio de um estudo florístico, fitossociológico e o inventário florestal que incluiu a variação do estado de conservação dos remanescentes naturais e pela ocupação e do padrão de uso do solo presentes na região. Para que a gente pudesse realizar esse inventário florestal nós adotamos a metodologia de um senso florestal das áreas degradadas e que apresentavam áreas isoladas e adotamos a metodologia de amostragem simples por meio de parcelas nas áreas que apresentavam fragmentos de cerrado em um total nós alocamos 28 parcelas nas áreas que possuíam remanescente de cerrado para que a gente pudesse mensurar e identificar as espécies de vegetais presentes na região. Por meio do inventário florestal nós conseguimos quantificar e identificar o padrão de uso do solo na região. Dentro da gleba do parcelamento identificamos que cerca de 65 por cento da gleba é ocupada por cerrado de sentido restrito de diferentes estágios de conservação. Alguns fragmentos um pouquinho mais conservados outros com sinais antrópicos, tais como presença de lixo, ocupação humana. Dentro da gleba também nós identificamos que 27 por cento da sua poligonal ela é ocupada por solos expostos e áreas antropizadas que vem sendo utilizadas para diversas atividades pelos moradores que hoje habitam a região. Quanto às espécies de vegetais e o padrão de vegetação observados na região foram registrados 39 famílias botânicas, 69 gêneros e 32 espécies de vegetais perfazendo um total de 5.989 indivíduos inventariados. As famílias botânicas com maior representatividade na área foram a *fabaceae* com onze espécies e *vochysiaceae* com seis espécies, sendo a espécie *qualea parviflora* popularmente conhecida como pau terra foi a espécie dominante na região. Nós também estudamos a fauna da região para saber que tipos de indivíduos habitavam aquela região. Nós estudamos a mastofauna que é o estudo dos mamíferos, a ornitofauna que é o estudo das aves, a herpetofauna que é o estudo dos répteis e por último a entomofauna que é o estudo dos insetos presentes na região. Para que a gente conseguisse desenvolver esses estudos nós nos desenvolvemos atividades de campo com biólogos especialistas nos diversos grupos da fauna. Esses biólogos foram a campo em dois momentos distintos na seca e na chuva. Aplicaram a metodologias consagradas no meio científico para que a gente conseguisse ter uma amostragem da fauna presente na região. E por meio dos estudos desenvolvidos na região pelos biólogos especialistas em cada grupo da fauna nós obtivemos os seguintes resultados, para herpetofauna que são os estudos dos répteis foram feitos 28 registros de 11 espécies representadas por duas classes dos répteis e dos anfíbios. Não foram observadas espécies endêmicas ou ameaçadas na região. O estudo da mastofauna, ou seja, estudos dos mamíferos obteve um total de 16 registros de seis espécies de mamíferos distribuídos em seis famílias e cinco ordens. Não foram observadas espécies consideradas ameaçadas e foi observada apenas uma espécie endêmica do cerrado que é o mico-estrela que é uma espécie de ocorrência comum no cerrado e no Distrito Federal. Na ornitofauna, que é o estudo das aves, foram observadas 92 espécies de aves distribuídas em treze ordens e trinta famílias. Dessas 92 apenas uma se encontra em algum grau de ameaça de extinção, sendo ele o papagaio-galego. Por fim, dentro do diagnóstico que foi realizado, nós estudamos o meio socioeconômico. Os estudos socioeconômicos podem ser definidos como processo de conhecimento, análise e interpretação de uma determinada situação social ocorrente na região. Ele abrange os aspectos culturais, sociais, históricos, de infraestrutura, econômico, de habitação, de saúde visando à caracterização da área onde o empreendimento vai ser instalado. Bem, dentro do estudo do meio socioeconômico nós tivemos que separar AID e a AII para que a gente conseguisse observar os principais aspectos socioeconômicos. A AID que nós definimos foi a região Administrativa do Guará, Vicente Pires, do SIA, da Cidade Estrutural e a AII estudada foi a Águas Claras e o Parque Way. Dentro dessas regiões administrativas estudadas nós observamos o contexto regional, a organização social das regiões administrativas, o tipo de uso e ocupação do solo presente na região, a característica da população em relação a emprego, renda, escolaridade, saúde e domicílio, a infraestrutura urbana presente nessas regiões administrativas tais como a presença de escolas, hospitais, questões de segurança pública, de transporte. Nós também caracterizamos a economia dessas regiões administrativas. Observamos questões relacionadas ao lazer e ao turismo, ao uso e cobertura do solo e infraestrutura local. todas essas informações em formato detalhado podem ser observados no EIA/RIMA disponível no site do Brasília Ambiental. Eu vou abordar aqui agora apenas alguns pequenos aspectos que podem ser observados no estudo ambiental. Por exemplo, a questão da densidade urbana importante para a gente conseguir observar o tipo de impacto que o empreendimento vai oferecer naquela região. Dentre as regiões administrativas estudadas Parque Way e Águas Claras, Guará, Vicente Pires, Cidade Estrutural e SIA nós observamos que a maior densidade urbana está presente na região de Águas Claras concentrando 52 por cento da densidade urbana das regiões administrativas estudadas e em segundo lugar nós temos ali o Guará que concentra 53 por cento da densidade urbana, desculpe, Guará concentra uma densidade urbana maior seguida pela região de Águas Claras. Nós também observamos a questão de presença de hospitais, unidades básicas de saúde nessa região estudada para que a gente conseguisse mensurar o impacto que a instalação desse novo empreendimento vai oferecer naquela região. E apenas o Guará possui unidade hospitalar para atendimento dentro dessas regiões administrativas que foram estudadas. Bem, nós também realizamos um diagnóstico da água que é a área diretamente afetada, lembrando que a área diretamente afetada, ou seja, ADA foi substituída pela poligonal do empreendimento, portanto, nós estudamos a população que hoje habita aquela região para que a gente conseguisse ter um diagnóstico da situação atual dessa população. Nesse diagnóstico da população que habita a região foi obtido por meio de questionários, entrevistas com

moradores e com associação de moradores da população que habita a população do Jóquei Clube. Bem, os principais aspectos que a gente pode extrair desse diagnóstico que nós fizemos com essa população que habita a região foi com relação ao tempo de residência que eles residem ali na região e cerca de 61 por cento dessa população residem no local a mais de 20 anos. Nós também conseguimos observar a faixa etária dessa população que reside nessa região cerca de 70 por cento dos moradores residem na região a mais de 40 anos, portanto, são pessoas que começaram a habitar essa região na década de 70, na década de 80, são pessoas que foram atraídas para a região para trabalhar, para prestar serviço no Jóquei Clube que existia na época da ocupação de Brasília sobre tudo nos anos de 70 e 80, portanto, são pessoas que já passaram dos quarenta anos que residem há bastante tempo nessa região. Eu vou passar a palavra PA o professor Jandson que vai explicar um pouquinho mais sobre as características de infraestrutura e urbanismo da região. Ao final retorno para tratar dos impactos ambientais e sobre os programas ambientais que serão desenvolvidos na região.

Senhor Jandson Queiróz (54:03)

Boa noite. Meu nome Jandson Queiroz arquiteto urbanista e vou falar nesse momento as questões relacionadas aos aspectos urbanísticos e infraestrutura para o empreendimento SETOR HABITACIONAL JÓQUEI CLUBE. Primeira mente é importante esclarecer que já existe desenvolvido por parte do Governo do Distrito Federal de um estudo territorial urbanístico desenvolvido e planejado pela Secretaria de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal que apresenta as diretrizes urbanísticas referentes o que vai ser previstas e desenvolvidos e é exatamente o que se serve de baliza para o desenvolvimento do projeto urbanístico que será apresentado nesse momento. Primeiro ponto interessante de a gente colocar aqui é que a área está integralmente inserida pelo PDOT no zoneamento urbano especificamente na zona urbana consolidada do Distrito Federal cujo Artigo 72 do PDOT ele exatamente determina que a zona urbana é composta por áreas, a zona urbana consolidada, é composta por áreas predominantemente urbanizadas ou em processo de urbanização de baixa, média e alta densidade e que no Artigo 73 na zona urbana consolidada devem ser desenvolvidas as potencialidades dos núcleos urbanos dando a eles uma dinâmica urbana, promovendo uma integração com as áreas vizinhas, também com o objetivo de promover o uso diversificado de solo, de forma otimizar os transporte existente, público, já existente na área, desenvolver atividades que ofertem emprego, otimizar a infraestrutura urbana e dos equipamentos públicos. Uma questão que é também a gente considerar que o próprio PDOT ele já determina que a densidade demográfica planejada pelo plano diretor para a área é da ordem de 15º habitantes por hectare o que representou por meio dos cálculos desenvolvidos por esse PDOT e das diretrizes urbanísticas presentes no (?) que na área é possível para a poligonal como um todo, a gente ter uma população de 63.650 habitantes. Sendo que mais especificamente na região do Jóquei Clube (?) são previstas 56.061 habitantes aonde lá no primeiro slide se os senhores lembrarem de olhar de novo da apresentação a gente está trabalhando exclusivamente para o setor do Jóquei Clube com algo da ordem um pouco menos de 52.000 habitantes que respeita diretamente o planejamento desenvolvido pelo PDOT e também as diretrizes urbanísticas e por meio de balanço de densidade previu para a região do Jóquei Clube e para *esmera*(?) 206 habitantes por hectare só que para a região do Setor de Transporte e Cargas 50 habitantes por hectare que na média atende exatamente ao que está previsto no planejamento do PDOT que é a densidade média aonde no Artigo 39 que é determinado que a densidade média ela vai envolver valores de 50 e até o limite de 150 habitantes por hectare que é o que a gente tem estabelecido para o empreendimento. O ETU, o estudo territorial urbanístico, também apresenta todo o zoneamento da área aonde tem a área subdividida em quatro zonas que estão mais especificamente relacionadas a poligonal de trabalho que a gente está trabalhando e mais uma zona mais específica do Setor de Transporte e Cargas. Nas referidas zonas o estudo territorial urbano também prevê o uso solo, apresenta diretrizes específicas para cada uma dessas zonas cujo projeto respeita integralmente esse zoneamento. Quando a gente olha também para os parâmetros urbanísticos, o estudo territorial urbanístico também apresenta parâmetros do tipo do potencial máximo que é possível construir em cada lote, em cada uma dessas zonas essas alturas máximas previstas também para cada um desses trechos o projeto atende integralmente a esses parâmetros. Também são apresentadas diretrizes relacionadas a sistema viário e temos (?) próprias vias mais importantes ali existentes termos da Estrutural e da EPTG e também da EPVL, Estrada Parque Vale que liga a Estrutural a EPTG são apresentados também indicações e tratamento para essas vias as interconexões entre as vias, internas da poligonal e essas rodovias e também são determinadas diretrizes para vias internas buscando ter uma maior capilaridade, uma melhor condição de circulação de pessoas entre Vicente Pires e o Jóquei e da área do Jóquei em direção a setores como SIA, STRC, SCIA e outras coisas do tipo. Então, agora a gente vai olhar mais especificamente quais soluções de desenho apresentadas para o empreendimento, sendo que a gente vai trabalhar dentro dessa poligonal que está colocada aí a esquerda que foi aquela tratada pelo estudo territorial urbanístico a gente vai apresentar... (F) ... a gente teve um probleminha com relação com a imagem e me pediram para voltar alguns slides. Deixa eu voltar aqui e daqui a dois minutinhos a gente retoma. Teve um probleminha técnico o pessoal vai resolver. E daqui a dois minutinhos a gente retoma e vai exatamente para esse slide que está aparecendo aí na tela. Bom retomando a apresentação. Peço desculpas pelo probleminha técnico, mas voltando exatamente do ponto que havíamos parado a imagem a esquerda que aparece para os senhores é a poligonal do estudo territorial urbanístico desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitacional do Distrito Federal e o empreendimento que está aqui em discussão, em apresentação no seu estudo, no seu EIA/RIMA é o empreendimento que está com essa

poligonal em vermelho da imagem à esquerda. Então, vamos a partir desse momento olhar para o que foi apresentado de soluções urbanísticas para essa poligonal em vermelho da imagem à direita, desculpe. Uma primeira coisa é que nós rotacionamos o desenho. Os senhores estão vendo o desenho ele rotacionado para a esquerda norte. Está aqui à esquerda muito no intuito do desenho aparecer maior na tela para que os senhores consigam olhar com mais detalhe o que vai ser aqui apresentado. Então, só lembrando o desenho está rotacionado em 90 graus. O norte aqui está a esquerda. Então, é a Via Estrutural que aparece a esquerda da imagem. À direita a gente tem a parte sul do empreendimento próximo ao Guará. Então, aqui é a EPTG. Aqui na parte de baixo da imagem é o trecho oeste então, é a via EPVL que liga a EPTG a Estrutural. E a parte de cima da imagem é a parte leste que é o trecho que faz ali a confrontação limite com o Setor de Transporte e Cargas. Então, quando a gente olha para algumas soluções de desenho aqui em baixo a gente tem os usos do solo que hoje são aqueles que são possíveis para o Distrito Federal a partir da Lei de Uso e Ocupação do Solo, da LUOS. Então, é um empreendimento que está em desenvolvimento, mas já adequado ao planejamento desenvolvido para o Distrito Federal pela LUOS. E que a gente observa no primeiro grupo de uso a gente tem CSI 03 que é o que a gente chama de comercial misto. Então, se os senhores olharem as manchas de uso do solo previstas para os lotes próximos a EPTG, próximos a Estrutural eles têm exatamente essa cor. São usos comerciais que tem o objetivo por estarem próximos rodovias puderem atender não só ao empreendimento Jóquei mais a região como um todo. Está sendo para a área a possibilidade de implantação de empreendimentos de médio e grande porte com objetivo de promover a oferta de emprego e renda na região que atende tanto ao PDOT quanto as diretrizes urbanísticas estabelecidas pelo Governo do Distrito Federal. Vejo que no trecho mais central do empreendimento que aqui está aparecendo entre o norte e o sul horizontal aí da imagem a gente tem o uso mais laranja escuro que é chamado de residencial misto. Então, a gente traz para o interior do empreendimento a possibilidade das misturas de uso trazendo a possibilidade das pessoas terem junto da rua espaços mais comerciais e nos demais pavimentos das edificações espaços mais residenciais. Junto a EPVL que aparece aqui em baixo a Estrada Parque Vale a gente tem toda uma mancha de lotes em cinza que são o que a gente chama também os residenciais mistos, mas muito focado na possibilidade de configurar ali uma avenida de atividades como determina o ETU. E mais no interior da poligonal a tem os lotes com uso cinza que são aqueles lotes também residencial misto, mas muito mais focado nos usos residenciais com comércio mais locais. Temos a distribuição de alguns lotes em azul escuro que eles são destinados aos equipamentos públicos. Eu vou falar disso com mais detalhes daqui a dois slides e a gente tem também um lote em azul claro que é destinado a um empreendimento privado pode ser de educação ou de saúde no futuro e alguns espaços verdes destinados a parques e praças. Avançando um pouco quando a gente olha então, as vias principais do empreendimento que conecta com o seu entorno imediato continua sendo EPTG, EPVL e EPCL Estrutural, mas o empreendimento também ele prevê toda uma distribuição de vias internas ao empreendimento que vai conectar de maneira fácil o empreendimento com o próprio Vicente Pires já implantado com empreendimento também com direção ao Setor de Transportes e Cargas. Isso vai evitar no futuro que alguém saia do Vicente Pires para o SIA, por exemplo, e seja forçosamente obrigado a ir à EPTG ou ir até a Estrutural isso vai trazer mais possibilidade de deslocamento com mais facilidade no trecho. E foi criado também uma via principal do empreendimento que liga a Estrutural ao norte a EPTG ao sul de maneira que configura como a gente chama de bulevar uma via de circulação de pessoas com atividades acontecendo ali nas laterais. Quando a gente olha do ponto de vista dos transportes é previsto também por meio dessa valorização, dessa via central bulevar, a valorização do próprio sistema de transporte coletivo hoje já implantado na região muito configurado na forma dos ônibus o próprio BRT ali funciona incipientemente, mas que no futuro certamente vai ser mais adensado. Então, possibilita a partir dos pontos de ônibus, pontos do BRT já existente na área no interior da poligonal de trabalho, do interior do parcelamento sejam facilmente atingidos. Há também a previsão futura do governo já foi de transformar aquela linha de trem em linha de passageiros. O empreendimento já se prepara para esse processo de transformação futura. E também a partir desse trem de passageiros quem sabe no futuro também já se preparando para isso o empreendimento também já prevê a possibilidade de se ligar ao metro por meio, através desse sistema de transporte via trem. Então, já com a preocupação do empreendimento em melhorar as condições de fluxo que já existem na região ao impacto promovido pelo empreendimento ele vai poder melhor diluir o pleito daquilo que já os modos, os modais de deslocamento de pessoas na área. E também, por meio das soluções de desenho também já existe uma previsão, uma possibilidade de que a futura estação do trem urbano que possa acontecer aí também se ligue fazendo uma estação intermodal com estação de BRT que pode existir na região. Isso possibilita a criação de vários níveis de centralidade. Centralidade em escala urbana, centralidade de escala local, trazendo ali a possibilidade desse empreendimento de diversidade de usos, diversidade de atividades, trabalhando com o conceito de cidade compacta de maneira que são esses princípios do que agente chama de urbanismo responsável e de urbanismo sustentável próprio para uma cidade que vai ter condições de atender ali a população de 52.000 habitantes. Outra questão é que existe toda uma distribuição de atividades voltadas para o lazer, votadas para o convívio da população nos espaços públicos configurados pelas praças cujas distâncias das diversas atividades residenciais/comerciais para essas praças e parques, sendo uma distância máxima de 400 metros o que possibilita as pessoas circularem até ali em um tempo máximo de cinco minutos no deslocamento. Também a possibilidade de criação de uma série de equipamentos que vão está distribuídos na trama urbana sempre a uma curta distância da moradia de cada pessoa. As vias estão integralmente dimensionadas para o que é previsto para essa quantidade de pessoas e também para atender as necessidades relacionadas ao deslocamento de pessoas vindo

de Vicente Pires quanto vindas do Setor de Transporte e Cargas, do SIA, usando de um lado para o outro no sentido leste/oeste do empreendimento. Então, vias bem dimensionadas com larguras, com previsão de locais para estacionamento próprias para o empreendimento. Olhando do ponto de vista das consultas a diversas concessionárias na consulta a TERRACAP nas informações que ouvimos da TERRACAP se verifica que a poligonal do projeto ela é na sua grande parte pertencente à própria TERRACAP. Tem um trecho lá em cima pintado de rosa que pertence ao IPREV. Então, isso é possível fazer esse desenvolvimento. O projeto ele vai ser desenvolvido no seu detalhamento nas próximas fases de aprovação dos licenciamentos urbanísticos. O projeto vai se dividir em duas URBS que é o que a gente chama os projetos que são apresentados na Secretaria Urbano e Habitacional vai atender o que está colocado aí na consulta a TERRACAP. Quando a gente olha para NOVACAP é indicado pela NOVACAP que o empreendedor ele deve elaborar um projeto próprio de drenagem para esse projeto ele já está em desenvolvimento. Já foi contradado pela TERRACAP e está entrando em processo de análise para sua aprovação futura atendendo a todos os parâmetros exigidos pela própria NOVACAP. No que diz respeito a CEB. A CEB informou da necessidade da área prevê um espaço do projeto para uma subestação. Isso já foi desenvolvido onde aparece aqui a imagem a direita uma setinha amarela indicando um lote de cor azul forte que está destinado exatamente para implantação de uma subestação. Aqui está o dimensionamento dessa área prevista. Com relação a CAESB já existe a possibilidade da CAESB já existe na área uma rede de distribuidora e adutora nas proximidades e será possível atender o empreendimento pela CAESB, apenas ela solicita também uma área ali para implantação dos seus equipamentos e dos sistemas necessário para que esse abastecimento. Mas uma vez na imagem a direita lá em cima tem uma seta amarela que apresenta exatamente a área prevista no projeto para esses equipamentos. Com relação ao SLU que é o Serviço de Limpeza Urbana foi informado que não haverá um impacto significativo da área quanto a capacidade do SLU coletar e dar destinação para esses resíduos e o projeto desenvolve todo o dimensionamento do sistema viário que possibilite ao equipamentos, aos carros, aos veículos do SLU que ali possam adequadamente circular. Também na consulta ao IPHAN como resposta foi solicitado uma revisão ao projeto adequando a altura máxima para a área tendo como limite o propósito das diretrizes urbanísticas já desenvolvidas no PDL, que é o plano diretor local do Guará para a área. Então, a solução do projeto que já foi feita essa revisão as alturas máximas estão todas de acordo com as diretrizes e as questões emitidas pela SEDUH em atendimento o que foi pedido pelo IPHAN e por fim nas questões de população no que diz respeito às interferências do empreendimento nas rodovias que ali estão que fazem esses limites. O limite norte Estrutural, o limite sul EPTG e o limite oeste a EPVL. Então, já está em desenvolvimento o processo de análise o relatório de impacto de trânsito do Jóquei já foi protocolado no DER. Está em análise, cujas exigências que serão feitas pelo DER como medidas mitigadoras serão integralmente assumidas pelo projeto ao longo do seu desenvolvimento. Então, eu vou passar de volta a palavra para o Abel para dar sequência a apresentação.

Senhor Abel Soares (74:29)

Obrigado, doutor Jandson, pelas explicações de infraestrutura e urbanismo é uma parte muito importante do processo de licenciamento e também o estudo de impacto ambiental. Então, só sintetizando de forma bem rápida o que já foi apresentado até o momento o licenciamento do SETOR HABITACIONAL JÓQUEI CLUBE está sendo realizado por meio da realização do estudo de impacto ambiental que é o EIA/RIMA. O estudo de maior complexidade dentro dos estudos ambientais possíveis do arcabouço ambiental brasileiro. Esse estudo é composto do diagnóstico do meio físico, do meio biótico e do meio socioeconômico que foi realizado por diversos profissionais que foram a campo, levantaram as informações necessárias, cruzaram essas informações com dados secundários disponíveis em publicações técnicas científicas e elaboram um diagnóstico da área de inserção do empreendimento. Por meio do diagnóstico nós conseguimos adentrar no próximo elemento do EIA/RIMA que é o prognóstico ambiental que nada mais é do que uma visão futura dos possíveis impactos que esse empreendimento vai oferecer na região, ou seja, o prognóstico ambiental ele traça o provável desenvolvimento futuro ou resultado de um processo. Ele refere-se a identificação, a valoração e a interpretação dos possíveis impactos ambientais associados a implantação e a operação do empreendimento. Bem, esse prognóstico ele foi desenvolvido por uma metodologia bastante usual do estudo de impacto ambiental. Essa metodologia ela busca identificar, quantificar e qualificar de forma sistemática os impactos ambientais que irão ocorrer naquela região. Como é que funcionou essa metodologia que nós aplicamos nesse estudo de impacto ambiental? Nós separamos cada impacto ambiental e mensuramos esses impactos de acordo com essa tabela que a gente observa aqui no slide. Por exemplo, nós classificamos esse impacto quanto a sua etapa de ocorrência que pode ser um impacto que ocorre no planejamento, na construção ou na operação do empreendimento dependendo de cada fase de ocorrência esse impacto ele recebe um peso, uma nota que é inserida em uma matriz de impacto ambiental que nós desenvolvemos. Nós também observamos a forma como esse impacto ocorre se é um impacto que ocorre direto ou de forma indireta e de acordo com sua ocorrência, com sua forma de ocorrência, ele receber uma nota e uma valoração. Nós também observamos a natureza se é um impacto positivo ou negativo. Muitas vezes a gente se esquece de que existem impactos positivos decorrentes na implantação de empreendimentos. Nós também observamos a abrangência desse impacto. Se é um impacto que ocorre de forma local ou regional. Dependendo da sua abrangência ele recebe um peso específico diferente. Nós também observamos a temporalidade desse impacto ocorre. Ele pode ser um impacto de curto prazo, de médio prazo ou de longo prazo. Foi também observado se o impacto pode ser reversível, totalmente irreversível ou parcialmente irreversível. Nós também

observamos a importância desse impacto se um impacto de baixo grau de comprometimento, médio grau ou alto grau. Nós também observamos a magnitude se é um impacto de pequena magnitude, média magnitude ou grande magnitude. Sua duração se é um impacto permanente ou temporário. E por último, sua probabilidade de ocorrência se ele tem uma probabilidade baixa, média ou alta de ocorrência. Todas essas características são inseridas na matriz. Cada uma dessas características que foram citadas aqui elas recebem um peso específico e ao final a gente consegue mensurar, identificar qual o impacto de maior relevância e de menor relevância dentro do estudo ambiental que foi desenvolvido no SETOR HABITACIONAL JÓQUEI CLUBE. Bem, de posse dessa mensuração dos impactos mais relevantes e menos relevantes a gente levantou um total de nove impactos para o meio físico, sendo eles alteração da paisagem, perda de solo, alteração da qualidade do ar, movimento e retirada da camada superficial do solo, alteração da qualidade da água, redução da permeabilidade do solo, início ou aceleração de processos erosivos, geração de resíduos sólidos e alteração da qualidade do ar devido à emissão de material particulado durante a instalação da operação. Para o meio biótico nós identificamos seis impactos, sendo eles, a redução da cobertura florestal, a perda biodiversidade local, perturbação ou afugentamento da fauna, atropelamento de fauna, introdução e invasão de espécies exóticas e alteração do microclima. E por último nós identificamos os impactos ocorridos no meio socioeconômico, sendo 12 impactos, geração de expectativa na população, conflitos pela posse da terra, especulação imobiliária, mercado imobiliário incremento das atividades comerciais que foi considerado um impacto positivo, o aumento das receitas tributárias e a transferência de mercadorias que também foi considerado um impacto positivo, a pressão sobre os equipamentos comunitários foi classificado como impacto negativo, a mobilização da mão de obra e a geração de emprego que é considerado um impacto positivo, a ocorrência de acidentes de trabalho, a introdução de novas endemias, pressão sobre o sistema viário e adensamento populacional, a sobre carga no sistema de água e esgoto e por fim, a sobre carga do sistema de coleta e tratamento de resíduos sólidos. É importante a gente observar os impactos positivos, tais como, ocupação de vazios urbanos que é uma premissa do desenvolvimento urbano atual. Essa ocupação de vazios de vazios urbanos ela propicia e garante que o território equilibrado e ocupado dentro do ordenamento territorial que é de suma importância dentro do crescimento urbano do Distrito Federal. Hoje a gente observa o surgimento de vários assentamentos, de várias localidades que ocupam esses vazios urbanos de forma desordenada. Então, esse empreendimento ele vem promover essa premissa da ocupação desses vazios urbanos de forma ordenada. Então, ele promove essa ocupação ordenada do solo impedindo a ocupações irregulares que hoje em dia tem se mostrado tão comum dentro do Distrito Federal. E ele também promove surgimento de novas centralidades, de novos comércios em uma área hoje que é um vazio urbano e que ocupada de forma irregular e desordenada. Bem, tendo em mente implantado os impactos ambientais que esse empreendimento vai causar na região a gente consegue propor os programas ambientais que serão desenvolvidos durante a instalação e durante a operação desse empreendimento. Esses programas ambientais que serão desenvolvidos totalizados em oito programas que nós estamos sugerindo de serem executados naquela região de instalação e operação do empreendimento, nada impede que o IBRAM por meio de análise do estudo ambiental venha sugerir a execução de mais programas ambientais. No momento a gente está sugerindo a execução de paisagismo e composição vegetal na região, o programa de monitoramento de sedimentos e controle da movimentação de solo durante as atividades construtivas do parcelamento, o programa de monitoramento da qualidade superficial das águas do Córrego Vicente Pires, o programa de monitoramento e gerenciamento de resíduos sólidos que é de suma importância, o programa de controle e monitoramento da supressão vegetal, programa de educação ambiental, o programa de afugentamento e resgate da fauna que porventura que permanecer na região durante as atividades de instalação do empreendimento, e por fim, o programa de saúde e segurança dos trabalhadores que irão trabalhar nas obras de instalação do futuro empreendimento que será implantado nessa região. Bem, eu agradeço a presença e a participação de todos. Nós faremos um intervalo de 15 minutos. Nesse intervalo vocês poderão contribuir e enviar suas perguntas e sugestões para os canais que já foram informados, sendo eles o WhatsApp do Brasília Ambiental por meio do telefone (61) 99248 9698, por meio do e-mail que é licenciamento.ibram@gmail.com e também pelos canais de comunicação oficiais disponíveis no site do Brasília Ambiental. Obrigado. Retornamos daqui a 15 minutos para responder as possíveis dúvidas e comentários da população.

Senhor Alisson Neves (100:25)

Bem, estamos de volta aqui para o terceiro bloco da audiência pública do SETOR HABITACIONAL JÓQUEI CLUBE em uma fase de EIA/RIMA, estudo de impacto ambiental procedimento realizado pelo Brasília Ambiental com a participação dos interessados do empreendimento assim, como também, da empresa responsável pelo estudo. Então, só recordando passamos pelas duas primeiras fases que foram a introdução da audiência pública e posteriormente a apresentação do projeto. Nesse momento aqui nós iniciamos então a fase de perguntas a partir da manifestação que nós estamos recebendo de toda a população que está assistindo a audiência pública. Lembrar que além dessas participações que nós estamos recebendo nesse momento todo o vídeo dessa audiência ela vai ficar disponível no canal oficial do Brasília Ambiental podendo essas participações continuar para os próximos 10 dias com validade de inserção na audiência pública. Antes de iniciar as perguntas é só queria fazer uma errata eu apresentei a coordenadora do GT como Raquel Queiroz, mas me perdoe é Raquel Lima. Então, feito a correção, eu peço desculpas a elas e a todos aqui que acompanham a audiência. Vamos lá. Nós recebemos aqui as perguntas e a gente dividiu por

temas. Algumas delas. Então, a ordem que foi estabelecendo por temas para ficar em uma dinâmica melhor de apresentação. Então, nós temos algumas perguntas que são vinculadas mais a própria audiência pública. Algumas questões que elas trazem questões mais fundiárias. Algumas questões ambientais e questões urbanísticas. Como nós dissemos na introdução a nossa audiência pública é uma audiência pública do licenciamento ambiental, procedimento estabelecido para tratar das questões ambientais, entretanto, reconhecemos que a participação popular que ela poderia trazer questões além das questões ambientais e que a gente entende que apesar não ser o foco do licenciamento ambiental é uma oportunidade no qual a população pode se manifestar nos assuntos do universo entorno do projeto que a gente iria trazer questionamentos que fossem apresentados e os assuntos também para os representantes aqui tanto Brasília Ambiental, quanto da empresa responsável pelo estudo assim como também da interessada que é a TERRACAP e aquilo que for possível ser respondido no dia de hoje será respondido e aquilo que não for possível ficará o comprometimento do responsável vai fazer apresentar essas informações dentro do processo para o devido acesso do interessado que apresentou a pergunta. Outra questão também, vale lembrar, que o processo de licenciamento ambiental é um processo público, portanto, a população e todo e qualquer interessado ele tem o direito de trazer tanto questionar e solicitar acesso ao processo como também solicitar momentos para que o Brasília Ambiental possa está apresentando os esclarecimentos que assim se fizerem pertinente. Então, a gente vai iniciar as perguntas iniciando pela parte de audiência pública e posteriormente a gente vai para as demais. Então, a gente tem aqui a participação do senhor André (?) ele apresentou uma pergunta, um questionamento em relação a divulgação da audiência pública e o questionamento dele foi o seguinte, a audiência em voga foi vastamente difundida pelos diversos meios de comunicação? Visto que se trata de assunto de interesse difuso e exige uma ampla participação pública que não é o caso no momento. Gostaria de saber se algum outro ente público ou social foi convidado para compor a mesa do debate? Senhor Andre, em relação a questão da audiência pública, seu regimento, sua divulgação, meios que fazem a comunicação em relação a isso nós seguimos estritamente o regimento vigente. Então toda a divulgação foi feito não só no site Brasília Ambiental como também nos meios de comunicação oficiais do GDF, Diário Oficial, todos os estudos foram publicados e aí inclusive, a gente coloca também como observação que a própria mídia tradicional, vamos colocar assim, fez a divulgação através dos meios de comunicação de vasto conhecimento. Tanto a televisão quanto a imprensa escrita. Portanto, da obrigação da audiência pública nós cumrimos todo o protocolo de divulgação e ainda de a ponto de chamar a atenção da mídia tradicional que não tem nenhuma relação com a audiência pública e também utilizar o espaço para também fazer essa divulgação. Portanto, nós entendemos que todos os compromissos nesse sentido foram cumpridos, mas respeitamos a colocação e a colaboração que o senhor traz e a gente agradece (?). Senhor Rubens Ladislau também fala da audiência pública ele fala que sugere uma audiência pública presencial, queremos discutir mais essa audiência esta determinada a opinião dos moradores e não estou sendo ouvido. Senhor Rubens a gente agradece sua participação o senhor está sendo ouvido tanto é que sua colocação está sendo trazida para cá, mas o modelo de audiência pública foi apresentado e foi esclarecido na parte da introdução dessa audiência. Esclarecendo inclusive, que a forma de participação ela se mantém nos próximos 10 dias como já foi explicado. É importante explicar que o modelo de audiência pública presencial que já foi objeto dos processos de licenciamento ambiental anterior a esse formato virtual ele era uma reunião que se resumia a um momento específico e ela não permitia uma maior amplitude da divulgação do conteúdo e da participação por alguns dias como a gente tem colocado nesse momento. Então, toda a substância, toda a segurança da realização dessa audiência pública foi esclarecida aqui e além disso, o senhor também a qualquer tempo pode procurar o Brasília Ambiental para ter acesso amplamente e apresentar qualquer documento, qualquer questionamento independente da audiência pública e novamente o processo de licenciamento ambiental é um processo público de acesso a toda a população que assim tiver interesse. Então, é direito da população que assim que assim quiser se manifestar nos autos e ter os esclarecimentos devidos está garantido e assegurado. Mas um questionamento em relação a audiência pública do senhor Herbert Moura Goulart que nós agradecemos a participação. Creio que uma audiência pública amplamente divulgada seria a melhor forma. Então, fica aqui o registro dele, mas já se falou, inclusive, da divulgação, do regimento, da participação do senhor Herbert. Mais um questionamento sobre audiência pública entendendo aqui que advogada Nalva Brito, adv. Nalva Brito, se eu estiver equivocado, a apresentação é a seguinte, realmente uma audiência pública dessa importância deveria ser presencial. Nós já explicamos sobre essa questão. Está aqui registrada a gente agradece a participação. Senhor Darlan Rodrigues dos Santos nenhum órgão do GDF não tem um prédio para realizar a audiência? Também sobre audiência pública. Senhor Darlan, a gente esclarece que dentro do regimento em relação a questão das audiência pública a estrutura física que nós estamos...a estrutura física da audiência ela é de responsabilidade do empreendedor, sendo que a reunião é mediada pelo órgão licenciado que no caso é o IBRAM, no qual nós estamos representados. É importante colocar que essa transmissão ela está acontecendo da sede do Instituto Brasília Ambiental, entretanto, o ponto fixo próximo ao local do empreendimento é o ponto fixo que foi divulgado aqui. Então, a transmissão de toda essa estrutura que a gente nesse momento está presente transmitindo a audiência pública é na sede do Instituto Brasília Ambiental, entretanto o ponto fixo de acesso para aquelas pessoas que preferem se deslocar ao local ou que tenha alguma dificuldade de acesso a internet e prefere acompanhar de lá ela é no SINDUSCON. Bem, os questionamentos aqui do senhor Darlan a gente agradece também, novamente a participação dele, essa audiência pública deveria ser na Câmara Legislativa e não em uma associação. Em relação a questão da associação já esclarecemos e em relação a Câmara Legislativa o mecanismo de audiência pública do processo de licenciamento

ambiental aqui no DF sendo obrigado para todos os EIA/RIMA, assim como também, para todos os parcelamentos de solo independentemente do tamanho, do impacto do parcelamento de solo ele é de responsabilidade de gestão do órgão licenciador. A Câmara Legislativa ela tem uma função importante dentro das condições políticas do Distrito Federal e a Câmara Legislativa ela pode sim realizar audiências públicas de qualquer tema de interesse. Então, independente da realização desse momento a Câmara Legislativa ela pode sim realizar audiência pública para tratar desse ou de qualquer outro assunto convocando assim, os entes públicos ou privados interessados a debater os temas de interesse da população, mas essa audiência pública específica do processo de licenciamento ela é de responsabilidade do órgão licenciador, no caso Brasília Ambiental. A gente agrade novamente sua participação e fique a vontade. Vamos lá. Agora a gente vai falar um pouco de um questionamento que ele traz tanto sobre audiência pública, de questões urbanísticas e ambientais. Então, são três temas aqui apresentados pela senhora Verônica Sousa. Ela é moradora do Vicente Pires, a qual nós agradecemos a participação. Então, tentar ler aqui e tentar estratificar com os temas que ela apresentou para que a gente possa da melhor forma também esclarecer à senhora Verônica. Sobre a audiência pública, como foi feita a divulgação para a sociedade? Foram colocadas faixas? Chamadas de rádio e outros recursos na área de influência direta? Existe um número mínimo de participantes para validação da audiência pública? É sobre audiência pública, senhora Verônica, em relação à questão da divulgação nós já tratamos e que as legislações específicas da audiência pública ela não pauta número mínimo de participações para validação. Então, não há nas premissas legais um número mínimo de participantes para validar uma eventual audiência pública. As outras questões nós respondemos da divulgação como foi feita seguindo o regramento legal. Sobre os impactos ambientais. Houve estudos referentes à arqueologia? O IPHAN se manifestou somente quanto à altura máxima? Considerando o número previsto de habitantes mais de 51.000, segundo ela, quais e quantos são os equipamentos públicos previstos para serem implantados, refiro-me a educação, saúde e segurança? Como foram considerados os impactos de trânsito? Sabe-se que a Estrutural e a EPTG já estão lotadas de carros e engarrafadas já e caótico. Quais são as medidas mitigadoras para essas questões ou hoje existem vias exclusivas para ônibus que quase não são utilizadas os ônibus circulam muito pelas marginais? BRT é suficiente? A população prevista para ocupar a área utilizada utiliza-se esse tipo de...vou reformular, a população prevista para ocupar a área utiliza esse tipo de transporte? A população prevista para ocupar essa área utiliza esse tipo de transporte? Essa é a pergunta certa. Qual a mitigação proposta para a comunidade que mora na área diretamente afetada a mais de 40 anos? Em Vicente Pires temos queda de energia, como esse assunto foi tratado no EIA/RIMA? Há infraestrutura de distribuição de energia que comporte? Gostaria de saber se as políticas públicas chegarão antes do empreendimento? Senhora Verônica destacando a parte da audiência pública eu vou encaminhar essas perguntas agora tanto para os responsáveis pela empresa que elaborou o estudo quanto para os representantes da TERRACAP que estão aqui na audiência. Como são várias perguntas para que a gente tenha uma didática bem confortável e que seja bem compreensiva, vou refazer tentando tirar em bloco de cada um para que ele possa fazer a pergunta. Então, eu vou começar com as questões referentes ao estudo, ao qual a senhora apresentou, e eu convido aqui o representante da TERRACAP e da empresa GEO LÓGICA que elaborou o estudo para que possa fazer os devidos esclarecimentos. Primeira pergunta com relação à arqueologia. Vou repetir. Houve estudos referentes a arqueologia? O IPHAN se manifestou somente quanto a altura máxima?

Senhor Abel Soares (116:14)

Boa noite, senhora Verônica, agrade a sua participação é de extrema importância que a população e todos os envolvidos participem do processo da audiência pública. Primeira pergunta em relação ao IPHAN, sim, o IPHAN já foi provocado. Nós já apresentamos ao IPHAN um projeto de avaliação do impacto arqueológico. Está sendo analisado no IPHAN. O IPHAN se manifestando as especificidades desse estudo ele será realizado pelo arqueólogo que já está contratado para realizar esse tipo de estudo. Então, sintetizando nós já apresentamos o projeto ao IPHAN e o IPHAN está analisando esse projeto de avaliação de impacto arqueológico na região de inserção do empreendimento.

Senhor Alisson Neves (116:49)

Vou fazer outro pacote aqui de questionamentos. Ele é um questionamento mais de projeto de urbanismo. E aí eu queria só reforçar que também que essas questões mais de urbanismo elas são deliberadas dentro do processo de licenciamento de urbanismo que é um processo que ele é tocado pela Secretaria de Habitação. Entretanto, conforme compromisso aqui colocado a gente vai trazer todos esses questionamentos tendo em vista que os representantes dos estudos, da TERRACAP para também poder tratar desses assuntos apesar da gente está discutindo questões estritamente ambientais. Vamos lá. Vou fazer uma leitura aqui e a gente vai...eu vou compilar a parte que ela englobe questões de trânsito, questões de equipamentos públicos. Considerando o número previsto de habitante mais de 51.000 quais e quantos são os equipamentos públicos previstos para serem implantados? Refiro-me a educação, saúde e segurança. Como foram considerados os impactos no trânsito? Sabe-se que a Estrutural e a EPTG já são lotadas de carros e engarrafadas, já é caótico, quais são as medidas mitigadoras para essas questões? Hoje existem vias exclusivas de ônibus que quase não são utilizadas. Os ônibus circulam muito mais nas marginais. O BRT é suficiente?

A população prevista para ocupar vai utilizar esse tipo de transporte? Essas são as questões urbanísticas a qual eu passo para o representante.

Senhor Jandson Queiroz (118:12)

Bom, vamos começar pela primeira que trata a respeito dos equipamentos públicos. Como é que é feito a destinação de áreas dos equipamentos públicos? Nas diretrizes urbanísticas em que aqui no caso foi desenvolvida pelo estudo territorial urbanístico feito pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitacional lá está presente a partir de informações que veio do próprio PDOT, plano diretor de ordenamento territorial, que a gente tem em uma poligonal de trabalho, na nossa poligonal de trabalho, e seve para qualquer empreendimento a gente tem um percentual da área que está ali sendo apresentada pela poligonal que envolve o projeto que parte dessa área tem que ser destinada para esses espaços que a gente chama de áreas públicas. Na forma dos equipamentos públicos. Equipamentos que vão receber escola, creche, hospital, posto de saúde, essas coisas e também espaços destinados à atividade de lazer, as praças, como a gente chama das áreas verdes ou as praças. No caso do projeto são destinados 15 por cento da poligonal para essas atividades. No que diz respeito aos equipamentos públicos a gente tem oito áreas, oito lotes que foram criados ali para esses equipamentos públicos. Esses lotes na medida em que o projeto ele passa pela aprovação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitacional. Depois disso ele é aprovado por meio do decreto do Governador e vão para registro em cartório esses lotes ao serem registrados em cartório eles são imediatamente transferidos para o patrimônio do Distrito Federal. E cabe ao Governo do Distrito Federal distribuir esses lotes na medida em que ocorrem demandas das secretarias. Demandas a partir da Secretaria de Saúde. Demandas da Secretaria de Educação e coisa do tipo. Dos oito lotes dois a gente já projetou, já previu no projeto urbanístico com algum tipo de destinação em função das consultas feitas eventualmente a CEB então, já tem um terreno destinado a uma estação da CEB que foi falado durante a apresentação e depois outro lote mais ao norte próximo a Estrutural que está previsto para os equipamentos de abastecimento de água por meio de uma solicitação da CAESB. Então, esses dois já tem algum nível de destinação. Os demais lotes vai caber ao próprio GDF depois por meio das demandas oriundas das secretarias específicas segurança, educação, saúde o GDF destinar esses lotes para esses equipamentos, mas eles estão devidamente dimensionados para a população que está previsto como foi apresentado aqui nas informações. Essa primeira parte da pergunta espero não ter me demorado muito. A segunda parte da pergunta traz exatamente as informações relacionadas ao trânsito. As questões lá de mobilidade, questões relacionadas lá com o trânsito caótico carros, os ônibus. A gente tem que olhar para as questões de circulação de pessoas em duas esferas, em dois níveis, a que está especificamente dentro da poligonal que é o que a gente objetivamente a gente tem condições de elaborar soluções de desenho, projetar e coisas do tipo de maneira mais direta. E a gente olhar dentro da própria poligonal do empreendimento o dimensionamento feito para o sistema viário ele está plenamente adequado àquelas necessidades do empreendimento em termo das larguras das vias a previsão...e quando eu falo via não é só para carro, todas as vias que ali estão estruturadas a gente tem espaços destinados aos carros adequadamente dimensionados e seus respectivos estacionamentos, mas nós estamos focando muito a atenção na circulação de pedestres na circulação por meio de ciclovias. Então, aquelas vias elas estão todas dimensionadas para esses vários modais. As vias internas tanto para o carro, mas também muito fortemente com larguras até para além daquelas mínimas exigidas nas calçadas e aquelas também além das mínimas exigidas nas ciclovias. No que diz respeito da conexão da poligonal de trabalho do Jóquei com as áreas que estão ao lado então, mais uma vez foi previsto e se atende às diretrizes urbanísticas e indicadas pelos estudos promovidos pela SEDUH. As conexões da poligonal com o que está no entorno então, duas conexões em direção ao Vicente Pires que foi efetivamente pensadas e configurada dentro do empreendimento, mas que atende a esse futura conexão com Vicente Pires e também duas conexões em direção ao Setor de Transporte e Cargas e por meio dele com o SIA, SCIA e outras áreas do Distrito Federal. Isso vai trazer muito mais condições de alguém vai sair do Vicente Pires e vai em direção ao SIA e ao Plano Piloto de não precisar ir à EPTG ou não precisar ir à Estrutural. Então isso vai ajudar a mitigar, a minimizar esse impacto que o próprio empreendimento, mas também moradores de outras áreas que estão no entorno vão poder utilizar esse sistema viário interno do Jóquei com essa circulação de pessoas lá na área. A outra esfera dessa resposta diz respeito aquilo que está efetivamente fora da poligonal nessas interferências que isso pode promover com relação, por exemplo, com a própria Via Estrutural, com relação a EPTG, com relação a EPVL. Então, já foi desenvolvido um relatório de impacto de trânsito que é um documento exigido pelo DER, o Departamento de Estradas e Rodagem do Distrito Federal, esse documento já foi protocolado no DER, a gente já fez reuniões com eles de maneira que as possíveis interferências e impactos que esse empreendimento vai promover nessas rodovias o DER vai apresentar toda uma relação de indicação de soluções necessárias para que esses impactos sejam mitigados e o projeto irá assumir todas essas soluções. Algumas já foram estudadas previamente e apresentadas como possíveis soluções, mas isso vai ser objeto de discussão, confirmação, chancela ou mesmo revisão por parte do DER e isso está nesse momento em tratativas.

Senhor Abel Neves (126:05)

Obrigado. Vamos lá. A outra parte aqui da pergunta da senhora Verônica é uma parte que vai ser um questionamento mais fundiário então, a gente vai repassar para os representantes da TERRACAP. O questionamento é o seguinte, ah,

não, existe uma questão aqui de infraestrutura com relação à queda de energia. Eu vou pegar aqui, em Vicente Pires, peço desculpas a senhora Verônica, em Vicente Pires temos quedas de energia como esse assunto foi tratado no EIA/RIMA? A infraestrutura de distribuição de energia que comporte? Vou passar novamente para a empresa para tratar do assunto.

Senhor Jandson Queiroz (126:33)

Bom com relação a infraestrutura que comporte esta questão de energia, mais uma vez, como a gente já respondeu antes, foi feito uma consulta a CEB e no processo de consulta a CEB nos respondeu que seria necessário a implantação ali de mais uma subestação, de uma nova subestação que pudesse dá cabo exatamente desses novos, digamos aí, circuitos dessa nova demanda por energia. Isso o projeto já previu essa área e foi apresentado também ao longo da apresentação um terreno adequadamente dimensionado dentro dos padrões que a CEB exige e na medida em que o projeto passe pelos seus processos de aprovação urbanísticos ao serem registrados em cartório mais uma vez vai poder entrar no patrimônio do Distrito Federal e conseqüentemente chegar as mãos da CEB para que (?) sua infraestrutura necessária.

Senhor Alisson neves (127:17)

Tem uma última pergunta que ela apresentou que eu vou dividir em duas partes. Primeiro eu vou falar com relação a questão de concepção de uma instalação do empreendimento como esse, mas a dinâmica disso é muito do empreendedor por isso eu vou passar para a TERRACAP para falar um pouco sobre esse assunto. Ela pergunta o seguinte, gostaria de saber se as políticas públicas chegarão antes do empreendimento? Bem, em relação do empreendimento em si que é uma questão muito mais voltada ao urbanismo, mas a gente pode responder já um pouco, entretanto, com certeza a Secretaria de Habitação terá o prazer de fazer um debate sobre o assunto. Todo empreendimento conforme o PDOT, legislação correlata à questão de ocupação urbana ela tem a necessidade de você ter equipamentos públicos, áreas verdes (?) disso a depender do tamanho do empreendimento, do parcelamento, da densidade do empreendimento é necessário ter xis áreas de equipamento público, xis áreas de locais específicos para ter justamente a estrutura de serviços públicos para aquela população que ali vai habitar. Entretanto, então isso é um conjunto, isso é tratado no processo de licenciamento urbanístico. Existe todo o empreendimento regulado, o empreendimento ele é pensado e ser visto como dever ser. Ele tem essa perspectiva já no nascedouro dele. A dinâmica de ocupação desse empreendimento ele passa a ser de responsabilidade do empreendedor que no caso é a TERRACAP. No que se refere a disponibilidade de lotes, o acesso a esses lotes é todo um conjunto. Então, se a gente tem uma escola pública essa escola pública ela vai ser construída pela representação da Secretaria de educação. Um hospital público, posto de saúde pela Secretaria de Saúde e assim sucessivamente. Entretanto, a disponibilidade desses lotes para que a responsabilidade pública possa atua na construção desse equipamento eu acredito que é uma questão que a TERRACAP ela pode responder com maior (?) com relação a isso. Albateme e os colegas da TERRACAP que estão disponíveis no chat também fiquem a vontade para fazer colaboração. A pergunta foi a seguinte, gostaria de saber se as políticas públicas chegarão antes do empreendimento. Eu fiz uma introdução explicando como é o nascedouro de um projeto como esse em relação a questão da disponibilidade da necessidade e garantia de espaços públicos e serviços públicos dentro de um conjunto de um projeto urbanístico. Entretanto, o registro desses lotes, a destinação desses lotes para o poder público para que os equipamentos públicos possam ser estabelecidos entendo que é uma questão que a TERRACAP possa está explicando com maior tranquilidade. Como é a dinâmica de disponibilidade desse espaço para ocupação dos equipamentos públicos?

Senhor Albatenio Granja (130:51)

O que é feito a partir do registro do empreendimento, ou seja, os lotes destinados àqueles que serão vendidos têm o nome da TERRACAP e os lotes referentes a equipamentos públicos eles já são registrados em nome do GDF. O GDF faz a transferência das áreas que demandarem, ou seja, delegacia de polícia, unidade de saúde, educação isso é feito conforme as características do empreendimento ou as demandas sociais.

Senhor Alisson Neves (131:28)

Obrigado Albatenio. A gente vai entrar em uma sequencia de perguntas que elas são mais voltadas pra a questão fundiária. Então, esse conjunto de perguntas eu continuo aqui passando para TERRACAP, mas eu vou ler cada uma delas e a gente vai passar cada uma delas. Tem algumas que se assemelham no seu questionamento então, eu vou passar primeiro a TERRACAP responde se as outras forem repetitivas a gente vai fazendo da mesma forma que a gente apresentou as outras já foi respondida, já foi respondida e assim sucessivamente. Bem, eu começo aqui com a nova contribuição da advogada Nalva Brito, novamente a gente agradece, primeiro antes de passar só para registrar o agradecimento a senhora Verônica Sousa por esta última lista de questionamento que foram apresentadas aqui. A advogada Nalva Brito ela questiona sobre questão fundiária a TERRACAP está reivindicando a área? Qual o documento que ela possui? Passo o questionamento para a TERRACAP.

Senhor Albatenio Granja (132:50)

Esse é um procedimento paralelo (?) licenciamento ambiental. São diversos licenciamentos que a gente tem que conduzir, como você já falou mercadológico como diz, sobre essa situação fundiária, nós entramos com uma ação judicial de reintegração de posse e (?) primeiro essa ação (?) concluída (?)...

Senhor Alisson Neves (133:56)

A advogada Nalva Brito também apresenta outra questão muito parecida, a TERRACAP tem que apresentar o documento da propriedade ou com ação. É mais uma afirmação que a TERRACAP deve apresentar esse documento e daí passo ao comentário do Albatenio sobre a questão.

Senhor Albaneio Granja (134:18)

Sobre esse licenciamento ambiental de parcelamento de solo o interessado tem que provar a propriedade da área. Então, o processo de licenciamento tem os documentos (?)...

Senhor Alisson Neves (134:36)

Obrigado Albatenio, tem outras questões aqui também fundiárias eu vou está trazendo aqui e a gente vai fazendo o mesmo tipo de questionamento e de apresentação. Vou passa uma aqui, qual a situação do IPREV? Foi apresentado pelo senhor Cristiano Lima, ao qual a gente agradece a participação. Qual a situação do IPREV? Recebeu a gleba em pagamento na área dele? Tem mais de 50 por cento de equipamento público, muito estranho. Novamente eu só vou reafirmar aqui acho que importante a gente colocar que esse é um processo de licenciamento ambiental essas questões de quesitos fundiários e quesitos urbanísticos não são objeto de análise de licenciamento ambiental, entretanto, uma vez que os questionamento estão chegando e que existem representantes tanto da empresa quanto da TERRACAP que podem assim fazê-lo essa resposta, esse esclarecimento a gente logicamente a gente vai passar para não se dá a oportunidade de aproveitado. Passo a questão do IPREV passo pra TERRACAP também, posso aqui repetir a pergunta, qual a situação do IPREV? Recebeu a gleba em pagamento e na área dele tem mais de 50 por cento de equipamentos públicos, muito estranho. É a observação do senhor Cristiano Lima, a qual eu coloco à disposição da TERRACAP para se manifestar.

Senhor Albatenio Granja (136:04)

Esse assunto eu vou deixar para responder depois (?) sobre essa transferência do IPREV, mas a gente responde dentro do processo.

Senhor Alisson Neve (136:12)

Perfeito. Perfeito. (F) Então, seu Cristiano essa questão ela ficará para posteriore a TERRACAP apresentar essas respostas dentro do processo de licenciamento ambiental, entretanto, a própria TERRACAP pode ser procurada pelo senhor e em um outro momento podendo está esclarecendo sobre esse assunto, mas para registro da audiência pública o assunto vai ser esclarecido no processo de licenciamento, no qual o senhor vai ter todo acesso a esse esclarecimento que for apresentado. Passando para o questionamento do senhor Rubens Ladislau agradeço por nos reconhecer como habitantes aqui não só a 40 anos, mas sim a 55 anos. Residem 46 famílias de entorno com 250 pessoas. Aqui vivem a 55 anos. Não permitimos invasão durante esses anos. Queremos direito da (?). Passo a palavra para TERRACAP e a empresa caso queira fazer alguma observação.

Senhor Albatenio Granja (137:30)

Quanto essa ocupação já está (?) nesse processo (?) projeto. Isso será tratado posteriormente pelos diversos órgãos do GDF para (?).

Senhor Alisson Neves (137:50)

Ok. Temos aqui outra contribuição da senhora advogada Nalva Brito ela traz a seguinte observação, realmente não estou entendendo a intervenção na área nesse momento. Por que não legalizar quem está na área a mais de 20 anos? E cuidando sem intercorrências de danos? Por que não regularizar quem já tem documentos aptos para tanto? Repasso a pergunta para TERRACAP.

Senhor Albatenio Granja (138:19)

É uma área definida para projetos (?) não é uma área de regularização, não foi classificada assim. (?)

Obrigado, Albatênio. Até vou aproveitar esse espaço em relação a destinação da área, vocação da área, para fazer um esclarecimento que é mais também urbanístico, mas ele acaba reverberando em um processo de licenciamento ambiental. Dentro da legislação licenciamento ambiental em específico a resolução CONAMA 237 artigo 10, Parágrafo primeiro existe a necessidade de todo processo, todo o empreendimento para um licenciamento ambiental seja ele empreendimento de pequeno porte, empreendimento médio porte, empreendimento de grande porte, empreendimento seja um posto de combustível, empreendimento de um parcelamento de solo como é o caso ele precisa é impreterível, ele precisa está adequado à legislação de ocupação e uso do solo. Então o processo de licenciamento ambiental ele não nasce do nada, ele não é o primeiro passo para que se haja um empreendimento como esse. Existe toda uma política de ocupação e planejamento de uso do solo. Essa política ela parte do plano diretor de ordenamento territorial, o PDOT, é a lei complementar, ele parte da LUOS, ele parte de uma série de legislações. Legislações que aí pó si só já é importante colocar legislação que ela passa pela casa legislativa, ou seja, uma legislação que ela passa pela Câmara Legislativa. Ela é sancionada pelo Governador. Segue todo rito normal que elas estabelecem quais são as áreas de regularização, quais são as áreas de ocupação de novos parcelamentos, onde estão os lotes para posto de combustível, onde estão os lotes para moradia e assim, sucessivamente. O licenciamento ambiental ele vem no momento posterior a isso. Ele vem no momento em que ele trabalha em cima dessa base. Ele trabalha em cima desse arcabouço de direcionamento e planejamento para que ai sim ele possa dizer-se dentro dos critérios ambientais o empreendimento ele pode acontecer e como ele pode acontecer. Então, deve-se observar as questões de zoneamento de unidade de conservação, zoneamento ecológico econômico, uma série de legislações, se a área tem APP, qual é o uso que ele pode ter na APP, qual o uso que não pode ter, qual é o tipo de topografia que lá tem, se existe uma área com alguma restrição, ou seja, a questão ambiental ela entra a parti dessa base estabelecida por um planejamento no caso urbanístico do planejamento de uso do solo para que ai sim ele possa opera. Acho que é importante colocar isso muito claro qual é o momento do licenciamento ambiental ele vem posterior a uma legislação que estabelece que aquela área ela tem aquela vocação de utilização de uso que isso é impreterível para o licenciamento ambiental conforme previsão como já coloque Resolução CONAMA 237 de 1997 Artigo 10, Parágrafo Primeiro. Seguindo aqui as colocações vou trazer uma observação que trata de questões ambientais e de ocupação do senhor Luciano Alencar, que é diretor do meio ambiente do SINDUSCON, o senhor Luciano ele fala o seguinte, aproveito a oportunidade para parabenizar a todos os atores envolvidos nesse projeto. É perceptível a ocupação ilegal é recorrente no Distrito Federal, sendo responsável por aproximadamente 40 por cento das habitações da capital federal. Esse cenário ocasiona problema de abastecimento de água, luz, dificuldade de fornecimento de esgotamento sanitário, dificuldade de mobilidade urbana e principalmente a redução da capacidade de fornecimento dos serviços ecossistêmicos. Diante desse contexto já alinhado com os preceitos da sustentabilidade o projeto Jóquei Clube visa aumentar a oferta de habitação de forma legal cumprindo todas as legislações urbanísticas e ambientais. Importante destacar que dentro da poligonal do projeto não há unidade de conservação, área de preservação permanente e nenhuma restrição do ponto de vista urbanístico. O entendimento do SINDUSCON DF é que a adoção dos programas ambientais propostos proporcionarão a implantação do empreendimento alinhado com todos os objetivos do desenvolvimento sustentável e ele cita a Agenda Ano 2030. Agradecemos as entidades parceiras (?) e (?), as empresas (?), Acioli e Capeli e MKZ, as entidades governamentais a SEDUH, Brasília Ambiental e TERRACAP. Registrado então, a participação do senhor Luciano Alencar, diretor de meio ambiente do SIDUSCON com a qual nós agradecemos a participação. Voltando aqui para outra questão urbanística. O senhor André Caladrine ele traz o seguinte questionamento, poderiam me informar se há uma LUOS para a PDOT referente à área do Jóquei? Ele que saber se politicamente a área tem um resguardo na legislação de uso do solo. Seu André a resposta é sim, apesar de essa questão ser uma questão muito mais urbanística do planejamento de uso do solo. Eu até oriento dentro do próprio estudo ele tem informações sobre essa questão, entretanto, também oriento ao senhor a procurar a própria SEDUH, a Secretaria de Habitação para mais informações sobre isso, sobre em quais bases técnicas a Secretaria de Habitação direciona essas questões de aptidão da área, etcetera. Mas está aqui a apresentação a gente agradece a participação do senhor Caladrine, desculpa, André Calandrine, perdão. Novamente ele apresenta o questionamento que é há de registrar a necessidade de estudos para a qualidade do ar com a retirada das áreas nativas do cerrado com a zona do Jóquei? Qual o impacto da qualidade do ar nas diversas estações do ano? Primeiro só eu vou passar para esclarecimento da empresa que é responsável que é a GEO LÓGICA para responder essas questões com relação aos estudos realizados em relação a qualidade do ar, mas antes para poder fazer um registro para poder ficar muito claro eu entendi aqui a pergunta do senhor Calandrine colocando a questão do Jóquei quanto a questão da zona de serem áreas que é objeto dessa audiência pública para ocupação e a outra da forma como está sendo disponibilizada e área para recuperar conforme questões que já foram divulgadas, questões legislação que estão sendo divulgadas pela (?). Só para esclarecer essa área do Jóquei ela não está na (?). Em momento nenhum a gente ter alguma confusão nesse sentido. Eu entendi seu André o questionamento que o senhor apresentou fazendo essa comparação dos momentos da área, mas para o público em geral que está acompanhando e está assistindo para não haver nenhum tipo de confusão são áreas distintas apesar de fato elas passarem por momentos de novas perspectivas de uso do solo conforme a mudança de legislação no caso da (?), no caso do projeto que está sendo apresentado aqui da área do Jóquei. E eu

passo a palavra para a empresa, senhor Abel, para poder falar sobre a questão dos estudos em relação a qualidade do ar.

Senhor Abel Soares (146:58)

Obrigado pelo questionamento André Calandrine, são pertinentes sua preocupação, sua dúvida, em relação ao estudo que foi realizado EIA/RIMA dentro do capítulo de meio físico já existe um estudo que foi realizado em relação a qualidade do ar. Esse estudo foi realizado com base nas informações que a gente dispõe das estações de monitoramento da qualidade do ar mais próximas da região do empreendimento que vai ser instalado. Os resultados que nós obtivemos por meio dessas estações de monitoramento da qualidade do ar a qualidade do ar foram considerados de boa a moderada por meio da coleta do ar nas estações disponíveis e nós analisamos e incluímos no estudo de impacto ambiental. Quanto ao monitoramento da qualidade do ar futuro é claro caso o IBRAM venha achar necessário e colhendo os comentários da população que está se manifestando em audiência é possível que a gente possa e venha realizar o monitoramento da qualidade do ar futuro, mas isso depende da manifestação do IBRAM que pode se manifestar através da exigência da adoção de um programa de monitoramento da qualidade do ar e de uma instalação de uma estação de monitoramento da qualidade do ar na região para que a gente possa mensurar e a quantificar a qualidade do ar após a implantação do empreendimento.

Senhor Alisson Neves (148:30)

Obrigado, senhor Abel. Seguimos aqui em mais uma participação do senhor André Calandrine, ele apresenta da seguinte forma, gostaria de fazer mais um adendo, visto que foi comentado que a fluidez de trânsito nas vias do fluxo do local essa afirmativa não é verdadeira, perdão, essa afirmativa não é verificável atualmente nas vias que estão sobre carregado, ou seja, o cenário atual ele coloca que é diferente do que está sendo apresentado.

Senhor Jandson Queiroz (149:04)

Do ponto de vista urbanístico já existe por parte do próprio governo por meio do ETU, estudo territorial urbanístico, um série de diretrizes para os empreendimentos desenvolvidos nas várias regiões do DF e o Jóquei também como uma dessas regiões. E o projeto ele procurou exatamente seguir essas diretrizes que era de se estruturar o sistema viário interno a poligonal que pudesse se conectar melhor com os parcelamentos já existentes ali na região no caso Vicente Pires a oeste e o Setor de Transporte e Cargas a leste isso foi feito e também toda a possibilidade de dimensionamento desse sistema viário interno por meio de desenhos de vias que possam atender melhor aos modais de circulação de pessoas e até de bicicletas. No que diz respeito à conexão, a veiculação da poligonal com as demais regiões administrativas de deslocamentos mais longos, o que é que foi estruturado? Com relação a possibilidade de conexão do sistema viário para os carros no que diz respeito a estrutura alvo que já é EPTG que já está exatamente nas tratativas com relação ao DER com o relatório de impacto de trânsito que foi apresentado. Como falei antes nós já adotamos algumas soluções de desenho em termos da criação de algumas conexões, melhor daquelas rotatórias principalmente ao longo da EPVL que ali estão estruturadas hoje. Nós já nos antecipamos hoje em algumas possibilidades de solução de desenho, mas isso está em conversa e tratativas com DER por meio desse relatório de impacto de trânsito a resposta final será do DER desses desenhos de maneira de toda e qualquer solicitação de medida mitigadora desse impacto para circulação de veículos que o DER nos exigir será plenamente acatado e assumido pelo projeto urbanístico e que depois será objeto de análise tanto pelo DER quanto pelos próprios licenciamentos urbanísticos dentro da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitacional. Eu acrescentaria uma informação o projeto ele já possibilita que futuros planejamentos do Distrito Federal, do Governo do Distrito Federal, também possam no que diz respeito a poligonal do Jóquei serem digamos assim, objeto de implantação ali na região. A própria transformação da linha de trem em linha de transporte de pessoas já existe um planejamento a muito tempo feito pelo Governo do Distrito Federal. Espero que no futuro no máximo de médio e não de longo prazo possa efetivamente isso ocorrer. Em ocorrendo o desenho urbano feito para o Jóquei já prevê essa possibilidade do Jóquei de interagir com uma futura estação de trem que possa ser instalada ali. Apropriada dinamização do BRT também já existente em contato ali ao longo da Estrutural o projeto também já prevê essa possibilidade dessa integração logo isso envolve o próprio planejamento do GDF, as políticas públicas do GDF, mas o projeto do Jóquei está exatamente dimensionado e previsto de maneira que pode usufruir e facilitar esse processo. Obrigado.

Senhor Alisson Neves (152:41)

Vamos aqui mais participações. A gente agrade a todas elas. O senhor Rubens Ladislau, muito obrigado senhor Rubens a participação, essa audiência pública deveria ser na Câmara Legislativa e não nas redes. Isso é muito sério. Quer agradecer a quem? A questão da Câmara Legislativa a gente já explicou aqui. A instituição tem toda autonomia para poder realizar as suas audiências públicas, entretanto, é que dentro de um processo de licenciamento ambiental é sobre a responsabilidade do órgão executor da política ambiental. O órgão licenciador é o Brasília Ambiental. Em relação a querer agradecer a alguém a gente só permite colocar ao Rubens que o Brasília Ambiental só tem um único

intuito de agradar o processo legal, atender a legislação necessária e permitir um amplo debate discussão sobre o assunto qualquer que seja a mensagem encaminhada todas elas estão sendo apresentadas aqui aos responsáveis. Então, não tem o interesse de agradar a ninguém a não ser o processo legal, o processo correto que deve ser tratado de forma ampla e democrática. Eu acho que é importante colocar também que é muito interessante, é importante, quando a gente pode discutir sobre um empreendimento que ainda não aconteceu por que esse é o processo legal. Essa é a essência. Assim deveriam ser todos os empreendimentos. Antes de acontecer algum tipo de impacto o processo legal ele deveria alcançar essa temática e permitir a ampla divulgação e a ampla discussão como está acontecendo agora sendo discutido de forma ampla e todos aqueles que querem participar e são muito bem vindos. Infelizmente nós temos uma questão, uma cultura dentro do Distrito Federal de se discutir muita coisa depois que aconteceu e aí por vários motivos que a gente não vai discutir aqui que não é o caso. Entretanto, para o meio ambiente que é o nosso foco, que é que é nossa tela, isso sempre é ruim. O estado ele precisa antevê as situações e o processo de licenciamento ambiental quando ele é feito da forma como ele está sendo apresentado, da forma como está sendo feita, ele é o devido processo legal, a qual nós conseguimos discutir as questões, avaliar as medidas mitigadoras, avaliar os impactos antes de qualquer intervenção do empreendimento acontecer. Então, quicá nós tivéssemos a oportunidade de discutir essas questões para várias áreas do Distrito Federal que infelizmente isso não aconteceu ao longo da história. Passamos aqui a participação do senhor Darlan Rodrigues Sousa Santos, desculpa, Darlan Rodrigues Santos, a qual a gente agradece e a apresentação dele é a seguinte, a contribuição, é quando se tem um projeto grandioso como esse e polêmico tem que haver mais de audiência pública. Tem que ter várias. As outras sugiro que sejam presencial e na casa do povo, na Câmara. Novamente a questão da Câmara Legislativa de Brasília. Não vou repetir. E em relação da quantidade de audiências públicas do processo legal. Dentro da legislação senhor Darlan a gente tem a necessidade, a obrigação de realizar uma audiência pública. Isso está acontecendo. A audiência pública está sendo apresentada lembrando o que a gente está discutindo aqui é a questão de licenciamento ambiental. Entretanto, esse é um projeto que afeta outras áreas. Existem outros tipos de autorização e licenciamento, portanto, os outros entes responsáveis pelas autorizações cabíveis a esse projeto eles também podem realizar momentos com a comunidade seja uma audiência, sejam consultas. Então, isso é livre para participação. No que se refere a responsabilidade do Brasília Ambiental dentro do processo de licenciamento ambiental o que a legislação nos estabelece é a necessidade de realizar uma audiência pública e ela está sendo realizada. Com relação ao local a Câmara Legislativa a gente já respondeu em outros questionamentos, mas a gente agradece a participação do senhor Darlan Rodrigues dos Santos. Novamente o senhor Darlan Rodrigues dos Santos e aí tem um questionamento aqui, gostaria de saber, senhor Darlan Rodrigues dos Santos, perdão, senhor Darlan Rodrigues dos Santos apresenta, gostaria de saber se tem aí presente algum deputado distrital e se a Câmara Legislativa está fiscalizando essa audiência? Senhor Darlan a resposta é que a gente não tem nenhum deputado distrital aqui presente, mas com certeza que a Câmara legislativa ela está acompanhando como também acompanha todos os empreendimentos e tudo que vêm acontecendo no Distrito Federal pela sua vocação de atribuição e de responsabilidade que tem a Câmara Legislativa. Então, com certeza que a Câmara Legislativa está acompanhando e tem todo o acesso e direito a participar do processo legal não só os deputados, mas todos os representantes e através deles venham nos procurar também. Senhor Rubens Ladislau, cadê o Ministério Público? O Ministério Público ele é uma instituição que acompanha a todos os processos de licenciamento ambiental. Tem amplo acesso aos processos de licenciamento ambiental. Qualquer ação que o Brasília Ambiental possa realizar, a qual também o Brasília Ambiental sempre está à disposição para poder prestar qualquer esclarecimento. Senhor Cristiano Lima, só não dá para entender por que na véspera de um feriado? A questão de data ela é prevista, ela é definida dentro de um cronograma de outras audiências públicas que o Brasília Ambiental realiza sempre trabalhando com prazos necessários para a correta divulgação em Diário Oficial e os meios de comunicação conforme a legislação exige. Então, não há regras que pode acontecer em final de semana, se pode acontecer em véspera de feriado. Normalmente é a regra que aconteça dia de semana, no horário de 19h00, como é hoje ou final de semana no dia de sábado e pela manhã. Então, existe essa sugestão, essa orientação de datas. E a gente está seguindo a questão de datas não há nenhuma restrição se em véspera de feriado não possa acontecer. Senhor Herbert Moura Goulart, qual a finalidade dessa audiência? Parece que está tudo decidido. Senhor Herbert Goulart conforme foi colocado dentro do processo de introdução da audiência pública, mas a gente pode colocar aqui o objeto da audiência pública é justamente discutir o empreendimento que está sendo proposto na área em questão. Então, as informações estão sendo apresentadas aqui justamente para se permitir a participação popular no qual a gente agradece a sua participação também. Em relação a questão decidido esclareço que esse é um processo de análise, um processo de estudo, como coloquei existe uma legislação de planejamento de uso do solo que já define a área como a área para ocupação de um novo parcelamento. Entretanto, utilizando das premissas ambientais e regras ambientais o que define pelos estudos ambientais que é o que está sendo discutidas aqui as decisões com relação a isso parte a acontecer. Então, existem etapas do licenciamento ambiental essa primeira etapa que vai subsidiar a possibilidade de uma licença prévia, a qual ela aprova a viabilidade do empreendimento e a concepção do projeto e as demais licenças que também podem sair, mas não há nada decidido nesse contexto por que justamente esse processo de exame do que está sendo apresentado juntamente com a legislação pertinente de viabilidade de ocupação e uso do solo é que está sendo avaliado para que ao final possa haver uma decisão a possibilidade de emissão de licença ou não, considerando ainda que para etapa final ainda o projeto ele precisa passar pelo Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal, COMAM, conforme artigo

291 da Lei Orgânica do Distrito Federal. Então, mais uma contribuição aqui do senhor Cristiano Lima. Seu Cristiano nós agradecemos a sua participação e a sua apresentação de comentário. Vamos lá. Ele fala o seguinte, pão e circo para todo mundo. O IBRAM dá à licença ambiental para quem paga a polícia deveria investigar os agentes do IBRAM. Essa audiência é caso do polícia. A TERRACAP primeiro tem que explicar como vai vender documentos falsos. Vergonha alheia. Montar um circo e as pessoas se comprometer a fazer a apresentação. Senhor Cristiano a gente agradece a sua participação. E eu me permito então, esclarecer algumas questões em relação ao Brasília Ambiental que eu passo a TERRACAP também para fazer a parte dela. Primeiro com relação a questão do Brasília Ambiental, eu vou até repetir o que o senhor colocou a questão do pão e circo para todo mundo. O Brasília Ambiental dá a licença a quem paga. Eu queria dizer ao senhor se tiver alguma prova com relação a isso ou se o senhor tiver algum início ou suspeita com relação a isso oriento ao senhor para procurar as autoridades competentes e fazer a denuncia a quem é de direito. Nós do Brasília Ambiental temos o maior interesse para que isso seja investigado para que a gente consiga assim também responsabilizar a quem o senhor está acusando. Já que o senhor não coloca quem é, quando é, qual é o indício. Eu oriento ao senhor para que procure as autoridades competentes. Se o senhor tem algum indício, suspeita, alguma, suspeita o senhor já tem, mas algum indício ou prova disso o Brasília Ambiental é o principal interessado para que isso possa ser esclarecido. A polícia civil deveria investigar os agentes do IBRAM. da mesma forma, se o senhor tem algum indício ou quer fazer algum boletim de ocorrência contra os agentes do Brasília Ambiental o senhor fique à vontade. A gente vai ter o maior prazer de receber a polícia civil apresentar todos os esclarecimentos e documentos que são pertinentes para que a investigação possa acontecer com a lisura e transparência. Maior interesse do Brasília Ambiental para que qualquer tipo de suspeita ou indicio que possa ser investigado logicamente ser esclarecido. O Brasília Ambiental ele é uma instituição de servidores valorosos que o senhor não vai encontrar até então nenhum registro de denuncia nem registro corrupção, nenhum registro de venda ou qualquer coisa próxima a isso que o senhor está colocando. Portanto, caso o senhor tenha algum tipo de suspeita, início ou comprovação nós pedimos ao senhor que faça e que procure as autoridades competentes para que a investigação possa acontecer e vai ter toda a contribuição do Brasília Ambiental e da sua equipe, sua gestão assim como sua equipe jurídica. Audiência é caso de polícia a TERRACAP deveria explicar como vai vender documentos falsos. Então, eu passo a palavra para a TERRACAP fazer a sua consideração.

Senhor Albatenio Granja (165:38)

(?)

Senhor Alisson Neves (166:01)

Obrigado, Albatenio. Chegou mais um aqui. Senhor Darlan Rodrigues Santos, com o qual a gente agradece novamente, a TERRACAP, a pergunta, a TERRACAP por que a gleba 14/15 foi cancelada do (?)?

Senhor Albaneio Granja (166:27)

(?)

Senhor Alisson Neves (166:41)

Obrigado, Albatenio. A gente alcança agora 21H50. O prazo inicial para encerramento da audiência pública é 21H55, mas considerando a quantidade de contribuições e encaminhamentos que nós recebemos aqui eu já estabeleço uma prorrogação da audiência pública para que a gente permita esgotar qualquer questionamento, argumentação que possa apresentar. Portanto, a audiência pública a partir desse momento ela está prorrogada pó mais meia hora. Como a gente esgotou as primeiras perguntas, as primeiras, bastante perguntas que chegaram aqui a gente agradece a todos que participaram. Antes de dar um intervalo par que a gente verifique a chegada de novos questionamentos eu vou passar a palavra para a coordenadora que está analisando o EIA/RIMA que é a engenheira agrônoma Raquel Lima par que ela possa fazer uma atualização de como e em que fase está à análise do EIA/RIMA. Logo depois da colocação da engenheira agrônoma nós iremos para um intervalo. Um intervalo de 10 minutos e no regresso a gente vai aferir aquilo que ainda possa chegar para poder dar continuidade ou avançar para o encerramento da audiência pública. Raquel fique à vontade a palavra é contigo.

Senhora Raquel Lima (168:22)

Boa noite a todos e a todas. A partir do momento que a TERRACAP entrou com processo de licenciamento no IBRAM toda a documentação que é exigida no processo de licença prévia que é a fase que estamos agora foi solicitado o estudo de impacto ambiental diante do porte e do impacto ambiental que o empreendimento pode causar a região. E a partir daí foi definido uma equipe multidisciplinar do IBRAM para que fosse analisado esse estudo de impacto ambiental. No momento nós estamos na fase ainda de análise. Foi emitida uma nota técnica, uma informação técnica, me desculpe, de análise preliminar do estudo em que a empresa consultora entregou e a partir daí foi emitido

essa informação técnica que foi solicitado orientações, algumas correções do estudo e alguns documentos também que estavam pendentes do processo de licenciamento. A empresa consultora já respondeu essa solicitação, essa demanda do IBRAM, e o momento estamos também com metas de analisar o que foi entregue de complementação do estudo, do EIA/RIMA. Então, a fase que estamos agora é de análise do estudo de impacto ambiental e a partir daí vai ser um parecer conclusivo de aprovação ou não do estudo de impacto ambiental do empreendimento para que possa ser dado prosseguimento a outra fase de licenciamento que seria a LI a licença de instalação e juntamente com a entrega dos programas ambientais que é a preocupação da população relacionados com impactos ambientais a TERRACAP terá que entregar medidas mitigadoras, como eles vão mitigar os impactos do empreendimento na região. Então, essa fase vai ser a fase posterior de LI onde vai ser analisado pelo IBRAM também por uma equipe multidisciplinar esses programas ambientais que vão mitigar os impactos do empreendimento focando sempre na questão ambiental. Essas questões fundiárias estão sendo tratadas em outros licenciamentos que não é foco do IBRAM.

Senhor Alisson Neves (171:20)

Obrigado, Raquel. Então nesse momento agora 21H56 nós vamos dar mais um intervalo. Intervalo de 14 minutos para que a gente consiga voltar às 22H10 onde nós vamos aferir a chegada de novos documentos, novas solicitações, esclarecimentos, comentários todos serão apresentados aqui e ao final a gente deve seguir para o encerramento da audiência pública. Lembrando com a prorrogação à audiência pública ela vai até, ela poderá até, ela tiver assim necessidade até as 22H25. Obrigado, 10 minutos de intervalo. (186:36) Bem, vamos retomando aqui a nossa audiência pública. Após o intervalo dado no terceiro bloco. Nós passamos o intervalo. Nós não recebemos mais contribuições, portanto, a gente agradece a todos que participaram da audiência. Entretanto, antes de finalizar em vista que a questão fundiária e a questão de discussão com relação a ocupação ela foi um debate que apareceu bastante e considerando que a gente ainda tem um tempo aqui no tempo protocolado a gente estendeu, já prorrogou o tempo da audiência pública que é pertinente portanto, que a gente reserve mais um tempo para poder falar sobre esse assunto. Então eu peço para que Albateneio apresente de forma mais compilada tudo aquilo que a gente discutiu esse tema aqui a preocupação da população, como é que a TERRACAP está recebendo a população para discutir o assunto, quais providências que estão sendo adotadas e qual é a documentação que a TERRACAP está se baseando com relação a isso e por ventura outras questões que possam estar em dúvida nas questões fundiárias para a gente conseguir tratar essas questões de forma bem clara. Informando ainda logicamente a gente e a TERRACAP e assim como também a empresa vai estar à disposição para poder continuar a esclarecer aquilo for necessário além da audiência pública. Então, Albateneio fique a vontade para fazer esses esclarecimentos de forma mais objetiva e pontual com relação ao que foi discutido aqui hoje. 188:02

Senhor Albateneio Granja (188:02)

Está certo. Eu só queria deixar claro que a TERRACAP está aberta a qualquer esclarecimento nesse sentido. Quaisquer dúvidas podem procurar diretamente a TERRACAP questão dos (?) tenho certeza dessas questões fundiárias, ou seja, nós não temos dúvidas quanto à situação fundiária. E quaisquer dúvidas que quiserem procurar a TERRACAP com as medidas judiciais, ou seja, se for de interesse. Quanto às ocupações também podem ser discutidas a TERRACAP está de portas abertas. E os diversos órgãos do GDF responsáveis pelas diversas áreas também vão receber. A TERRACAP pode intermediar isso. E esse prazo dos 10 dias estamos a disposição para quaisquer outros esclarecimentos do processo seja presencialmente na TERRACAP.

Senhor Alisson Neves (189:15)

Obrigado, Albateneio. (F) Obrigado, Albateneio. Então, tendo em vista que nós não recebemos mais nenhuma colocação, esclarecimento, questionamento da população que acompanha essa audiência pública nós seguiremos para a última fase da audiência pública. Então, eu passo a palavra para os representantes da empresa responsável pela elaboração do EIA/RIMA que é a GEO LÓGICA que assim possam fazer os últimos apontamentos nessa audiência pública. Fiquem à vontade.

Senhor Abel Soares (189:56)

Gostaria de agradecer a participação de todas as pessoas que se manifestaram durante a audiência tendo em vista que esse é o objetivo da audiência pública propiciar a participação de todos os envolvidos, toda a população e para que eles possam se manifestar e contribuir para o processo de licenciamento ambiental. Então, agradeço a participação de todos foram muito importantes os comentários, críticas, sugestões que recebemos e reforço que durante o prazo de 10 dias após o término da audiência nós estaremos abertos ainda a receber e a responder os questionamentos, dúvidas, sugestões que venham a surgir durante esse prazo.

Senhor Alisson Neves (190:39)

Obrigado, Abel. Mais alguém? Então, vou passar a palavra para a TERRACAP que é a empreendedora e possa fazer as últimas considerações em relação à participação dessa audiência pública. Fique a vontade Albatenio e os demais participantes representantes da TERRACAP.

Senhor Albatenio Granja (190:58)

Eu queria agradecer a equipe do IBRAM. Agradecer a empresa em nome do Abel e do Jandson. Queria deixar bem claro que a TERRACAP se esforçou bastante para divulgar essa audiência. Fizemos muito mais (?) diversas redes sociais, mídia, jornal de grande circulação, avisamos aos jornais que publicaram matéria, DFTV. Então assim, nós trabalhamos demais para isso. Como complementação, como você já tinha falado, procuramos o SINDUSCON para (?) de transmissão por que é maior o auditório, a melhor estrutura que nós encontramos nessa região (?) para deixar tudo bem acessível e disponível para um número (?) de participantes se fosse assim. Então, é isso, agradecer a todos.

Senhor Alisson Neves (192:13)

Mais alguém representante da TERRACAP? Já finalizando passando para o Brasília Ambiental. Nós temos alguns membros do Brasília Ambiental que quase todos estão participando da reunião também junto com mesa. Então, eu passo a palavra se algum representante do Brasília Ambiental, membro da comissão que está fazendo a análise se quiser fazer uso da palavra fique a vontade. Eu queria agradecer a participação de todos os colegas, Raquel quer fazer uso da palavra? Por parte do Brasília Ambiental nós agradecemos a participação de todos. Agradecemos a TERRACAP. Agradecemos a empresa GEO LÓGICA. Agradecemos a todos os representantes do Brasília Ambiental que fizeram parte dessa audiência pública. A turma que está aqui no apoio o Antonio Terra, a Natália Almeida, aqui na sala (?), a Fernanda Zanini(?), o Iran e todos membros que participaram da comissão. Agradecer a cada um dos cidadãos que se manifestaram que apresentaram sua observação, a sua alegação, seu questionamento, muito obrigado. Então, o Brasília Ambiental continua a disposição para qualquer esclarecimento. Lembrando como foi colocado que todos os canais de participação dessa audiência pública eles continuam abertos para os próximos 10 dias e esse vídeo, que foi a transmissão ao vivo, ele ficará disponível no canal oficial do YouTube do Instituto Brasília Ambiental, a qual nós convidamos a população a assistir, aqueles que não puderam participar ou assistir hoje que possam compartilhar com as pessoas que vocês conhecem para que todos tenham acesso a informação da forma mais ampla possível e que possam participar dessa audiência pública apesar do encerramento do dia de hoje. Ela continua repetindo nos próximos 10 dias nos mesmos canais de comunicação que foram apresentados para que vocês tragam as suas argumentações, seus questionamentos, suas dúvidas que farão parte da ata e serão prontamente respondidas conforme todas as manifestações que aqui foram apresentadas. Então, a gente agradece a todos que participaram dessa audiência pública desejando uma...a gente comemora e fica muito feliz com o devido processo legal sendo executado, isso é sustentável, isso é meio ambiente e isso que Brasília Ambiental defende e tem como seu princípio e sua atribuição fim. Por fim, só deixar muito claro também todo processo de licenciamento ambiental é público, portanto, ele é de livre acesso a toda população. Todo cidadão representado por associação ou pessoa física tem direito a ter acesso e o Brasília Ambiental vai está aqui a disposição seja pelos seus canais de atendimento através de sua central de atendimento ao cliente, seja pelos canais da ouvidoria do GDF, ou por qualquer outro que seja solicitado. Então, no mais agradecer a todos pela participação, pela paciência, pelo acompanhamento e desejar a todos uma boa noite um bom feriado. Obrigado.